



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA

**(DES)CAMINHOS PARA AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS NA GRANDE ARACAJU/SE**

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2018

FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA

**(DES)CAMINHOS PARA AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS NA GRANDE ARACAJU/SE**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira da Silva

COORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Daniela Venceslau Bitencourt

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48d Oliveira, Fernanda Louisy Ferreira de
(Des)caminhos para as cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na grande Aracaju/SE / Fernanda Louisy Ferreira de Oliveira ; orientador Maria do Socorro Ferreira da Silva. – São Cristóvão, 2018.
116 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Cooperativas. 2. Inclusão social. 3. Políticas públicas. 4. Aracaju (SE). I. Silva, Maria do Socorro Ferreira da, orient. II. Título

CDU: 502/504:628.477

FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA

**(DES)CAMINHOS PARA AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS NA GRANDE ARACAJU/SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 27 de abril de 2018

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira da Silva – Departamento de Geografia/Universidade
Federal de Sergipe
Presidente-orientadora

Prof.^a Dr.^a Daniela Venceslau Bitencourt – Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente/Universidade Federal de Sergipe
Coorientadora

Prof. Dr. Genésio José dos Santos - Departamento de Geografia/Universidade Federal de
Sergipe
Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Barreto – Universidade Tiradentes
Examinador Externo

É concedida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar e reproduzir cópia desta Dissertação, assim como para emprestar ou vender tais cópias.

Fernanda Louisy Ferreira de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira da Silva - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira da Silva - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este trabalho à minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Encerra-se mais uma jornada em minha vida e posso dizer que foi a mais difícil e enriquecedora já trilhada até agora. No entanto, não a percorri sozinha; por isso, agradeço.

Agradeço ao Universo, por ter conspirado a meu favor, ter me dado sabedoria e, sobretudo, ter colocado pessoas maravilhosas em minha vida.

Aos meus pais, José Fernando e Maria José, e à minha irmã, Clara Angélica, pelo amor e apoio incondicionais e por sempre acreditarem em mim.

Ao meu esposo e melhor amigo, Yuri Marques, pelo amor, carinho e companheirismo oferecidos incansavelmente todos os dias, dando-me todo o apoio de que eu precisava. Obrigada por tornar minha vida mais feliz!

À minha orientadora, professora Maria do Socorro, pela paciência e por ter acreditado no meu trabalho desde o início.

À minha coorientadora, professora Daniela Bitencourt, por ter acreditado em mim até mesmo nos momentos em que eu não acreditava, me ajudando sempre com tanta tranquilidade e sabedoria. Muito obrigada, pois sem você esse trabalho não existiria!

Aos integrantes das cooperativas pesquisadas, por permitirem a realização do meu estudo.

À professora e coordenadora Maria José, por ter zelado sempre com tanto afincamento pelo nosso desempenho.

Aos mestres do PRODEMA, por terem generosamente contribuído para minha vida acadêmica.

À minha amiga e parceira de mestrado, Ana Cláudia, pela amizade e carinho, oferecidos prontamente em todos os momentos.

Aos meus colegas do PRODEMA, por contribuírem para o enriquecimento dessa experiência.

Às minhas amigas do Sesc, especialmente a Rita Simone, por ter incentivado o meu ingresso no mestrado; a Juliana Nalone, a Elaine Cristina e a Ilma Cristina, por me ajudarem a embarcar na jornada de estudo e trabalho, oferecendo-me o suporte necessário; ao grupo ECOS, pela inspiração.

Às minhas amigas Ludmila Pacheco, pela torcida constante, e Luana Daniela, por abrilhantar meu trabalho com seus maravilhosos mapas.

Aos avós, tias, tios, primos, sogros e cunhados, pela torcida e por compreenderem minha ausência em muitos momentos.

A todos que torceram e emanaram boas energias para que eu pudesse concluir o meu mestrado.

Obrigada!

“Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes.”

Martin Luther King

RESUMO

No Brasil, em 2010, foi regulamentada a Lei 12.305, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre as diretrizes, instrumentos e metas acerca da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos. Dentre essas diretrizes, destaca-se o incentivo à inclusão social dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio das cooperativas de catadores e sua participação no gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios; para isso, faz-se necessário haver, no mínimo, vinte integrantes na cooperativa. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis na Grande Aracaju. O método de abordagem adotado foi o hipotético-dedutivo e os procedimentos de pesquisa contemplaram a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, através de observação direta e entrevistas, e análises das informações, por meio da análise de conteúdo. A Grande Aracaju possui a maior produção de resíduos sólidos do estado de Sergipe, sendo que parte das cooperativas existentes não consegue alcançar o número mínimo de integrantes necessários para o seu desenvolvimento, mesmo com apoio do poder público, pois enfrentam problemas de ordem estrutural, econômica, social e operacional que comprometem a sustentabilidade. No intuito de suplantar as dificuldades, há necessidade de um trabalho em rede entre os atores sociais envolvidos no gerenciamento de resíduos sólidos da Grande Aracaju de modo que possam se fortalecer coletivamente.

Palavras-Chave: Cooperativas. Inserção Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In Brazil, in 2010, Law 12,305 on the National Solid Waste Policy was regulated, which provides guidelines, instruments and targets for the management and management of solid waste. Among these guidelines, it is important to highlight the incentive for social inclusion of recyclable and recyclable waste pickers through waste pickers' cooperatives and their participation in municipal solid waste management, which requires at least twenty members of the cooperative. In this sense, the research aims to analyze the difficulties faced by the cooperatives of recyclable and recyclable material collectors in Greater Aracaju. The method of approach adopted was the inductive and the research procedures included bibliographical research, documentary and field research, through direct observation and interviews, and analysis of information through content analysis. Grande Aracaju has the largest solid waste production in the state of Sergipe, where part of the existing cooperatives can not reach the minimum number of members necessary for its development, even with the support of the public power, since they face problems of a structural, economic, social and operational conditions that compromise sustainability. In order to overcome the difficulties, there is a need for networking among the social actors involved in the management of solid waste in Greater Aracaju so that they can be strengthened collectively.

Keywords: Cooperatives. Social Insertion. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição regional de catadores no Brasil em 2010	27
Figura 2 - Distribuição de renda média dos catadores por região em 2010	28
Figura 3 - Índice de desigualdade social entre os catadores por região em 2010	29
Figura 4 - Taxa de analfabetismo entre os catadores por região em 2010	30
Figura 5 - Etapas da Reciclagem	32
Figura 6 - Municípios que possuem cooperativas na Grande Aracaju	51
Figura 7 - Gênero dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	61
Figura 8 - Faixa etária dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	61
Figura 9 - Etnia dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	62
Figura 10 - Nível de escolaridade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	63
Figura 11 - Origem dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	63
Figura 12 - Estado civil dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	64
Figura 13 - Condições de moradia dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	65
Figura 14 - Principal renda dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	65
Figura 15 - Composição de renda dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	66
Figura 16 - Tempo de experiência na atividade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	67
Figura 17 - Principais motivações que estimularam o ingresso na atividade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	67
Figura 18 - Motivo de mudança de ocupação para os cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	68
Figura 19 - Motivo para inserção dos cooperados para inserção nas cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju	69

Figura 20- Infraestrutura da cooperativa COORES	71
Figura 21 - Infraestrutura da cooperativa REVIRAVOLTA.....	72
Figura 22 - Infraestrutura da cooperativa CATRE	73
Figura 23 - Natureza das parcerias oferecidas às cooperativas pesquisadas da Grande Aracaju	77

LISTA DE TABELAS

Tabela1 - Situação social das catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil em 2010.....	25
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas públicas federais.....	45
Quadro 2 – Políticas públicas estaduais.....	47
Quadro 3 – Categorias para análise de dificuldades.....	58
Quadro 4 – Aspectos sobre a gestão das cooperativas na Grande Aracaju.....	73

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE – Associação Brasileira das Empresa de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

CATRE – Cooperativa de Agentes no Trabalho da Reciclagem

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CIISC – Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Reciclagem

COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

COORES – Cooperativa de Catadores do Bairro Santa Maria

EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos

FECARSE – Federação dos Catadores de Recicláveis de Sergipe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPESA – Instituto de Projetos e Pesquisa Socioambientais

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

OAF – Organização de Auxílio Fraternal

ONU – Organização das Nações Unidas

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro

PEV – Pontos de Entrega Voluntária

PNC – Política Nacional de Cooperativismo

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

REVIRAVOLTA – Cooperativa de Reciclagem Reviravolta de Nossa Senhora do Socorro

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente

SEMARH – Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SESC – Serviço Social do Comércio

UNIT – Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 SITUAÇÃO DOS CATADORES NO BRASIL: ORIGEM, CONTEXTO E ALTERNATIVAS	24
1.1 O papel dos catadores na reciclagem.....	31
1.2 Os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a inclusão social	34
1.3 Cooperativas de catadores: uma alternativa para inclusão social.....	38
1.4 Políticas públicas: um olhar para o catador	43
2. METODOLOGIA	51
2.1 Caracterização da área de estudo	51
2.1.1 Aracaju	51
2.1.2 Nossa Senhora do Socorro	53
2.1.3 Barra dos Coqueiros	54
2.2 Caracterização do objeto de estudo.....	55
2.3 Procedimentos Metodológicos	57
3. COOPERATIVAS DE CATADORES COMO POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL NA GRANDE ARACAJU	60
3.1 Caracterização das cooperativas.....	60
3.1.1 Perfil socioeconômico e profissional dos cooperados.....	60
3.1.2 Perfil organizacional das cooperativas	70
3.2 Análise de dificuldades.....	80
3.2.1 De natureza política.....	80
3.2.2 De natureza social	81
3.2.3 De natureza econômica	82
3.2.4 De natureza operacional	83

CONCLUSÕES.....	85
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA - COOPERADOS	96
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PRESIDENTE DA COOPERATIVA 102	
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	111
ANEXO 1 – REALRÓRIO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	113

INTRODUÇÃO

No septuagésimo aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU), comemorado em setembro de 2015, os líderes mundiais estabeleceram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cuja proposta é tratar os problemas que permeiam as questões socioambientais planetárias (PNUD, 2015). Dentre os objetivos a serem alcançados até 2030, destaca-se o de assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, que tem como meta reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso (PNUD, 2015).

Para que a meta seja alcançada, faz-se necessária a ressignificação nos valores sociais a partir de mudanças nos padrões de produção e consumo. No entanto, deve-se frisar que tratar de resíduos sólidos vai além da problemática ambiental, entrecruza uma questão social, que é a “discussão sobre a precarização do trabalho dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e as consequências da eliminação dos lixões para esses indivíduos, cujos trabalhadores têm a catação de materiais em lixões como forma de sobrevivência” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 1).

A participação do catador no processo de reciclagem de materiais recicláveis deve ser destacada, considerando a importância do seu trabalho para a limpeza e conservação dos espaços públicos e, pois, para a minimização dos impactos ambientais. É mister ressaltar também o seu papel histórico na coleta seletiva, cuja contribuição se dá desde o século XIX, momento que surgiu a atividade de catação, por conta do aumento no desemprego e na produção de resíduos após a Revolução Industrial (BESEN, 2006).

A coleta de recicláveis é caracterizada originalmente como trabalho informal e adotada como atividade laborativa por pessoas com oportunidades de estudo e trabalho limitadas. A sua original informalidade expõe os catadores a condições de trabalho insalubres, a ambientes inseguros, como também a preconceitos sociais, pois frequentemente são estigmatizados como ladrões e mendigos.

Outro problema enfrentado pelos catadores como consequência da informalidade é a falta de acesso a direitos trabalhistas, a exemplo da impossibilidade no uso dos serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em casos de acometimentos de enfermidades ou em decorrência de acidentes de trabalho.

Objetivando superar esses problemas, os catadores buscaram, na organização de cooperativas, uma forma de se fortalecerem econômica, política e socialmente. Em 1989, na cidade de São Paulo, surgiu a primeira cooperativa de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do Brasil – a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo (COOPAMARE) – e, desde então, o número de cooperativas não parou de aumentar (MNCR, 2016).

Nesse sentido, em 2010, foi regulamentada a Lei 12.305/10, que dispõe sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e estabelece que as prefeituras devem inserir as cooperativas nos programas de coleta seletiva de suas cidades, como também desenvolver projetos que contribuam para estruturação e desenvolvimento de tais cooperativas.

No entanto, passados oito anos da regulamentação da Lei, as cooperativas ainda enfrentam dificuldades para se estabelecerem e até mesmo para obter o número mínimo de cooperados necessários à sua formação, conforme estabelece a Política Nacional de Cooperativismo (PNC), que define cooperativa como:

(...) sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados e com número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos (BRASIL, 1971, p. 1).

Na Grande Aracaju, região responsável por mais de 48% dos resíduos sólidos gerados anualmente no estado de Sergipe, essa realidade não é diferente (SEMARH, 2014). A região é composta pelos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros e conta com cinco cooperativas para atender a demanda dos referidos municípios.

Dentre essas cooperativas, três delas – a Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria (COORES), localizada em Aracaju; a Cooperativa de Reciclagem Reviravolta de Nossa Senhora do Socorro (REVIRAVOLTA), localizada em Nossa Senhora do Socorro; e a Cooperativa de Agentes no Trabalho da Reciclagem (CATRE), situada em Barra dos Coqueiros – recebem apoio das prefeituras. No entanto, ainda assim, essas cooperativas enfrentam desafios para se estruturarem, assim como para aumentar o número de seus integrantes.

Com base nas realidades das cooperativas, surgiram os seguintes questionamentos: Quais as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por essas cooperativas? O que gera essas dificuldades? O que pode ser feito para mudar esse cenário?

Para responder a esses questionamentos a pesquisa parte da hipótese de que o desenvolvimento das cooperativas da Grande Aracaju não depende somente do apoio recebido pela prefeitura, mas de uma rede de apoio que contemple o suporte necessário para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas na Grande Aracaju. Para tanto, foi necessário o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- Verificar as dificuldades socioeconômicas e desafios enfrentados pelas cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Investigar as causas das dificuldades levantadas;
- Sugerir melhorias a partir de políticas públicas inclusivas de modo que se possa contribuir para o fortalecimento das cooperativas.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O capítulo 1 corresponde ao referencial teórico, que versa sobre a história do catador, seu perfil socioeconômico e a importância do seu trabalho no que condiz à reciclagem. A discussão abrange a situação social do catador e a importância das cooperativas como alternativa para a inclusão social desses trabalhadores, bem como o processo de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os catadores e suas cooperativas.

O capítulo 2, que trata da metodologia, apresenta como método de abordagem adotado, o método indutivo, como procedimento a pesquisa de campo, e como instrumentos a observação direta e as entrevistas semiestruturadas.

A apresentação e análise dos dados foram feitas no capítulo 3, no qual se explica acerca dos resultados encontrados pela pesquisa, que, através da caracterização do perfil socioeconômico e profissional dos cooperados e do perfil de cada cooperativa, foi possível identificar e entender as dificuldades enfrentadas para almejar a inserção social coletivamente.

Para tanto, foi feita a categorização das dificuldades de acordo com sua natureza – divididas entre social, política, econômica e organizacional –, sendo identificadas como principais dificuldades: a falta de reconhecimento e o preconceito da sociedade quanto à atividade do catador; a baixa renda da própria cooperativa, que acaba por refletir na baixa renda dos cooperados; a falta de acesso a empresas de reciclagem para comercialização dos

materiais; a infraestrutura precária ou limitada; e falta de capacitação sobre aspectos técnicos e sobre gestão cooperativista.

Destaca-se a relevância científica deste estudo, que recai sobre o aprofundamento na discussão acerca da importância do desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; como também a relevância social, em virtude do levantamento de dados realizado para contribuir na criação de estratégias para o fortalecimento das cooperativas.

A pesquisa tem caráter interdisciplinar, por proporcionar um diálogo entre questões socioambientais e políticas que circundam a história e o trabalho das organizações sociais de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

1 SITUAÇÃO DOS CATADORES NO BRASIL: ORIGEM, CONTEXTO E ALTERNATIVAS

O catador de materiais reutilizáveis e recicláveis é caracterizado, em geral, como morador de rua ou desempregado que, para garantir sua sobrevivência, recolhe alimentos dos resíduos descartados (BORTOLI, 2013).

A figura do catador surgiu no início do XIX, com a expansão da produção de resíduos sólidos, após a Revolução Industrial. Nessa época houve um aumento dos moradores de rua, em virtude do êxodo de pessoas da zona rural que migraram para zona urbana em busca de emprego, mas muitas vezes sem sucesso (MAGALHÃES, 2012). Com o passar do tempo, em virtude das crescentes exigências para ter acesso a um emprego formal e da falta de qualificação profissional, da baixa escolaridade e do índice de desemprego, o número de catadores vem crescendo cada vez mais (CONCEIÇÃO, 2003).

Góban ainda explica que:

Como consequência, um número cada vez maior de pessoas perdeu suas fontes tradicionais de remuneração, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas. Neste contexto, a rua constituiu-se como um espaço dentro do mercado de trabalho que parecia abrir suas portas aos trabalhadores desempregados. Assim, o trabalho dos catadores aparece como uma das diversas formas que hoje fazem da rua seu lugar de trabalho (GÓBAN, 2004, p 10-11, *apud* MORAES, 2014, p. 41).

Sobre o conceito de “catador”, Veronese (2016, p. 227) o define como “trabalhador que dá valor de mercado aos resíduos sólidos através das atividades de catar, separar, transportar, acondicionar e beneficiar esses resíduos”. Outro conceito é o do IPEA (2013, p. 53), que caracteriza o catador como “pessoa que vive do comércio de materiais refugados”.

O Ministério do Trabalho define como catador o indivíduo que assume a coleta, separação e venda de materiais recicláveis como ocupação profissional, mas sem vínculo trabalhista com alguma empresa, podendo tal ocupação ser exercida de maneira formal e em grupo, em organizações, como cooperativas e associações, ou informal e individual (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

Desse modo, observa-se que a condição determinante para definir um catador é a exclusão social. A narrativa mostra que as pessoas que iniciaram a atividade são pessoas que tiveram que se reinventar para garantir a sobrevivência, já que necessidades sociais básicas não foram atendidas, como acesso a moradia, educação, saúde, emprego.

No entanto, apesar de se tratar de um grupo com características sociais homogêneas, esses trabalhadores possuem um perfil profissional bastante heterogêneo (SOTO, 2011). Os catadores realizam seu trabalho de diversas formas, podendo executá-lo em tempo integral ou apenas para complementar a renda, intercalando com outras atividades, e há ainda as pessoas que realizam a atividade apenas quando não estão em nenhum outro emprego (SOTO, 2011).

Com o objetivo de conhecer melhor o perfil socioeconômico dos catadores do Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa a partir de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2012. No relatório, é posto um retrato da situação social dos catadores do Brasil e de suas regiões com base na análise de aspectos categorizados a partir da demografia; trabalho e renda; previdência; educação e acesso a serviços públicos, conforme representação da Tabela 1.

Tabela 1 - Situação social dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Brasil em 2010

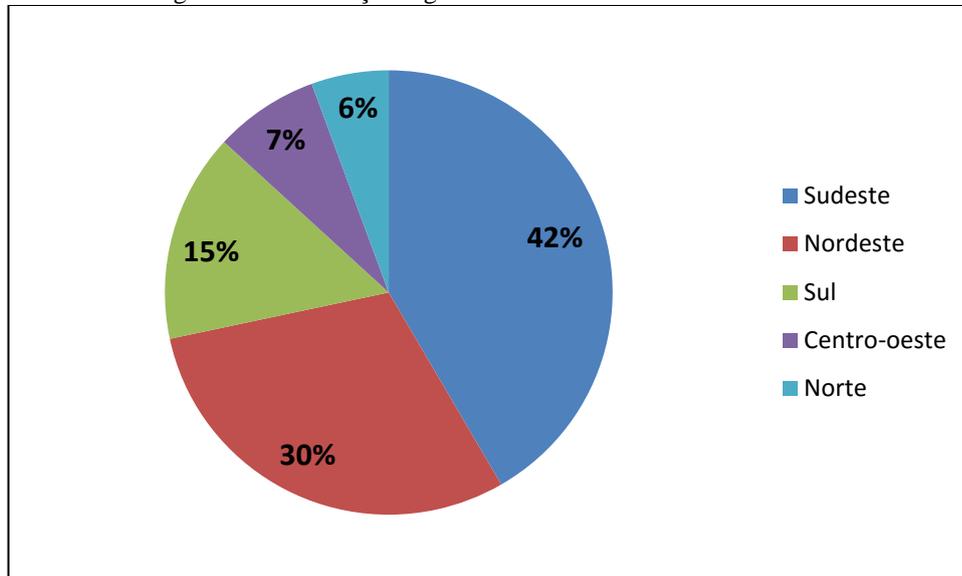
Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
	Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5
Demografia	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	33,8	38,4	29,0
Trabalho e renda	Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619,00	607,25
	Desigualdade de renda entre os catadores (índice de Gini)	0,42	0,42	0,39	0,43	0,37	0,42
	Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$ 70 <i>per capita</i>)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8
Previdência	Catadores com contribuição previdenciária (dados PNDA 2012) (%)	15,4	25,9	17,7	6,2	10,6	7,4
Educação	Taxa de analfabetismo entre catadores	20,5	15,5	13,4	34	17,6	17,2
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30,0
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14
Acesso a serviços públicos	Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%)	49,8	40,9	75,4	32,5	28,0	12,3
	Domicílios com pelo menos um catador com acesso a energia elétrica (%)	99,0	98,5	99,7	98,4	99,5	98,4

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a); PNAD 2012 (IBGE, 2012b) *apud* IPEA, 2013.

Ao analisar os dados, o primeiro ponto que se observa é que há uma concentração de aproximadamente 30% dos catadores do país somente na região Nordeste, totalizando 116.528 pessoas que se declaram como catadores, sendo a segunda região com maior número de catadores. No entanto, por ser uma atividade essencialmente informal, é difícil precisar o número exato desses trabalhadores, pois muitos não se veem como catadores: por exercerem a atividade como algo complementar à sua renda ou até mesmo como um trabalho temporário;

consequentemente, não se declaram como catadores, sem se darem conta de que o são (BENVINDO, 2010).

Figura 1 - Distribuição regional de catadores no Brasil em 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) *apud* IPEA, 2013.

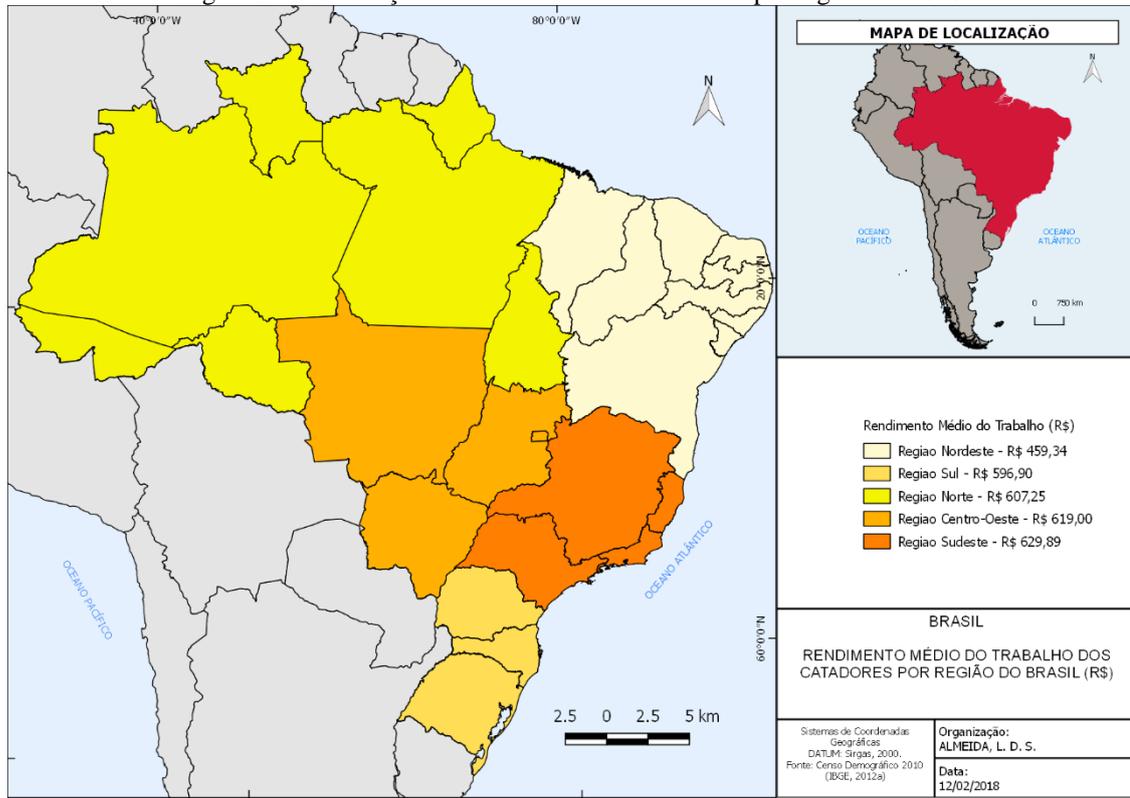
O Nordeste possui o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, característica que se reflete na situação social dos catadores nordestinos (IBGE, 2010). O fato de ser a segunda região com maior número de catadores se deve especialmente à alta taxa de desocupação e ao baixo nível de escolaridade da população da região.

De acordo com IPEA (2013), os catadores nordestinos são caracterizados como predominantemente negros e pardos, de gênero masculino e com idade média abaixo de 40 anos. Constata-se também que se trata de uma atividade exercida predominantemente de maneira informal. No Nordeste 66,2% dos catadores exercem a atividade de maneira informal e apenas 33,8% desses trabalhadores são formalizados (IPEA, 2013).

O baixo índice de formalização indica uma fraqueza no processo de organização dessas pessoas em cooperativas, deixando-as ainda mais vulneráveis no que diz respeito à qualidade das condições de trabalho e reflete no percentual de trabalhadores contribuintes da previdência, com apenas 6,2% dos catadores contribuindo (IPEA, 2013).

A categoria Trabalho e Renda diz respeito aos indicadores de renda média, distribuição de renda e nível de extrema pobreza entre os catadores. Nesse sentido, observou-se que a renda média dos catadores na região Nordeste não atingiu nem o salário mínimo da época, ou seja, 2010, que correspondia a R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), sendo a região com a menor renda, conforme ilustrado na Figura 2 (IPEA, 2013; IBGE, 2010).

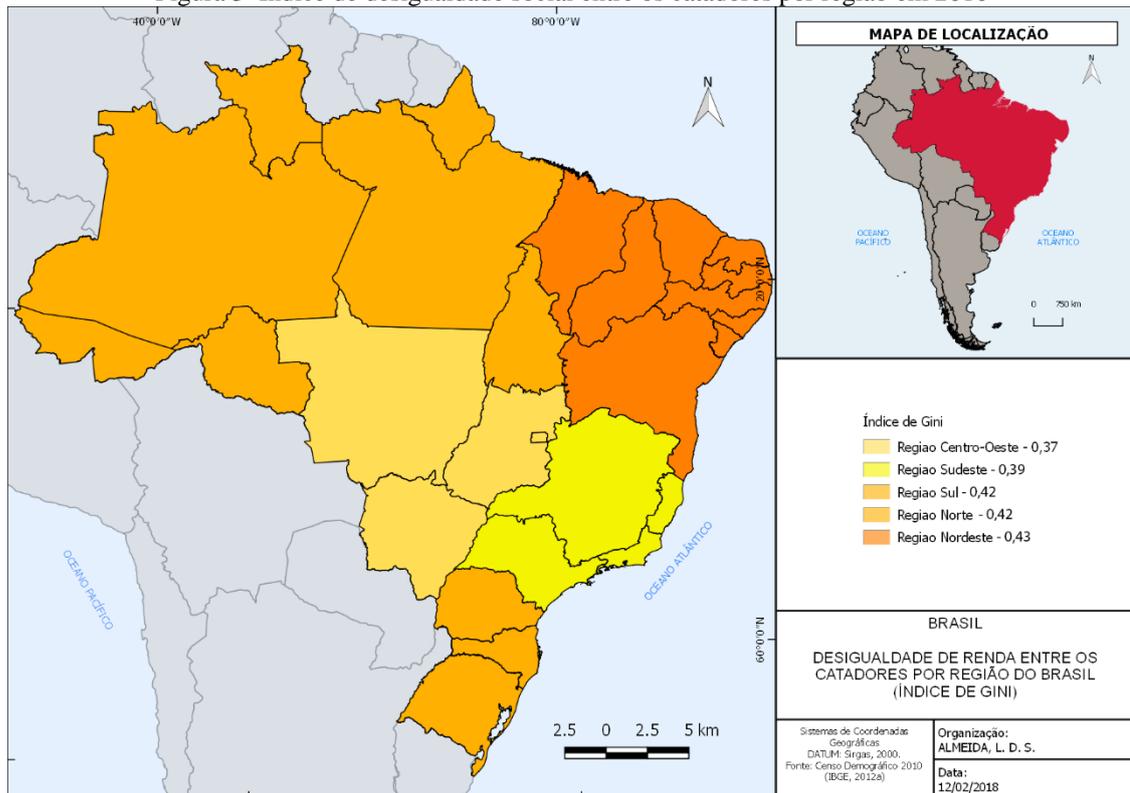
Figura 2 - Distribuição de renda média dos catadores por região em 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) *apud* IPEA, 2013.

O aspecto da renda média reflete nos indicadores de Trabalho e Renda, como é o caso do índice de desigualdade social, sendo a região Nordeste a região com maior desigualdade social do país, como é visto na Figura 3.

Figura 3—Índice de desigualdade social entre os catadores por região em 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) *apud* IPEA, 2013.

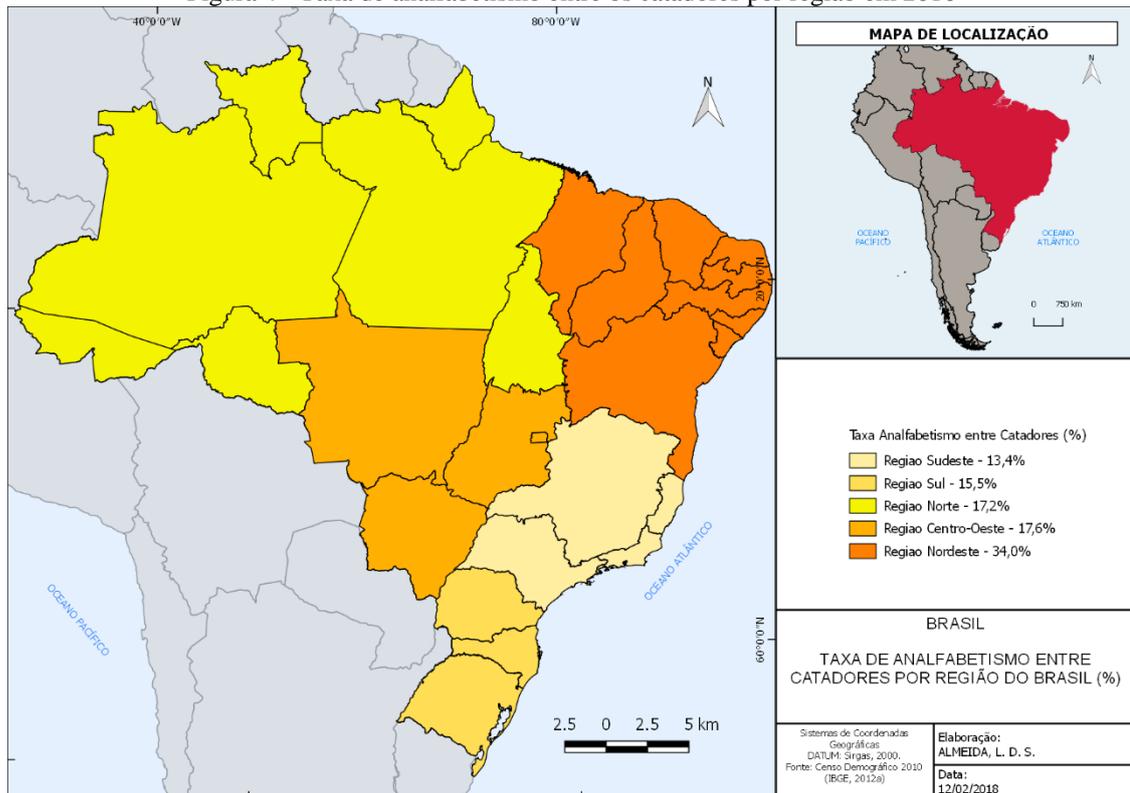
O alto índice de informalidade da atividade ocasiona a inacessibilidade dos direitos previdenciários. Até 2010 apenas 15,4% dos catadores brasileiros contribuíram para a previdência social e, em situação ainda precária, apenas 6,2% dos catadores do Nordeste têm acesso aos serviços oferecidos pela previdência social, estando 93,8% dos catadores nordestinos desamparados (IBGE, 2013 *a apud* IPEA, 2013).

Ao analisar a categoria Educação e os preocupantes índices de escolaridade dos catadores, pode-se observar a notória diferença entre o nível de escolaridade dos nordestinos e o nível dos catadores das outras regiões e da média nacional.

Como indicadores dessa categoria, foram levantados os percentuais de catadores analfabetos, de catadores a partir dos 25 anos que possuem ensino fundamental e de catadores com ensino médio completo.

No Nordeste, o percentual de catadores analfabetos é superior à média do Brasil, como mostra a Figura 4. Nesse sentido, observou-se um percentual de 34% de analfabetos, de 76,6% sem o ensino fundamental completo e de 90,3% apenas com ensino médio incompleto (IBGE, 2013 *apud* IPEA, 2013).

Figura 4 - Taxa de analfabetismo entre os catadores por região em 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a) apud IPEA, 2013.

Para análise da categoria Acesso a Serviços Públicos, foram considerados os indicadores esgotamento sanitário e energia elétrica, este dentre os poucos indicadores em que o Nordeste não está entre as piores regiões. A região ocupava o terceiro lugar quanto ao acesso a esgotamento sanitário e possuía um alto percentual (98,4%) de catadores que moravam em residências com energia elétrica (IPEA, 2013).

Evidenciam-se nesses indicadores que os catadores brasileiros são pessoas em situação grave de pobreza e desamparo, pois não possuem acesso a serviços públicos básicos como educação, previdência social, além de obterem uma renda extremamente baixa, impossibilitando-os de possuir condições mínimas de sobrevivência.

Essa situação é ainda pior no Nordeste, uma vez que, dos quatorze indicadores analisados, a região está em situação pior que a média nacional em doze indicadores, possuindo condições de moradia precárias, nível baixo de escolaridade e renda baixa. Essa assertiva reforça a urgência de políticas públicas inclusivas.

1.1 O papel dos catadores na reciclagem

Desde a Conferência Rio 92, foi despertado no Brasil o interesse pela realização de estudos com o objetivo de conhecer a realidade dos catadores, em virtude da sua relação com a problemática de resíduos sólidos.

A causa para a produção de resíduos superior à capacidade de absorção no ambiente está relacionada diretamente ao crescimento da população e ao estilo de vida modificado pela rápida urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, L., 2012). Para Sousa e Mendes (2006, p. 16), “graves problemas são enfrentados pela sociedade de consumo, o que engendra preocupações tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil em relação ao que fazer com os restos dessa sociedade”.

Todavia, a quantidade excessiva de resíduos gerados deixaria de ser um problema se geridos de forma adequada, causando impacto positivo para meio ambiente, pois diminuiria o desperdício de recursos naturais e energéticos envolvidos na produção de bens de consumo (ABREU, 2007 *apud* OLIVEIRA, L., 2012). Outra abordagem é a de Bortoletto e Hankai (2010, tradução nossa), que colocam que a gestão dos resíduos sólidos deve ser feita de forma sustentável, ou seja, deve ser realizada a partir das dimensões ambiental, econômica e social.

É nessa direção que a reciclagem surge como estratégia para gestão dos resíduos sólidos. De acordo com Calderoni (2003, p. 34), adotar a reciclagem “apresenta relevância ambiental, econômica e social por proporcionar consequências positivas na organização espacial e preservação ambiental”.

Figueiredo (2012) ainda coloca que a reciclagem perde sentido quando defendida apenas pela perspectiva econômica. O autor complementa:

Recicla-se o que é mais rentável no mercado nacional, e principalmente no mercado internacional da reciclagem. O discurso ambiental oficial e empresarial em prol da reciclagem perde relevância já que o fundamento desse discurso é o econômico, em detrimento do ambiental (FIGUEREIDO, 2012, p.1).

A implantação da reciclagem advém de um conjunto de necessidades que, se não observadas, tornar-se-ão grandes problemas no futuro, como é o caso da escassez de matéria-prima. Ademais, a produção de recicláveis traz vantagens, em virtude da economia de energia, a redução dos custos com aterros sanitários, a diminuição de poluição no meio ambiente e

melhoria da saúde pública, geração de emprego e renda, além da redução nos custos de produção de novos produtos (CALDERONI, 2003).

A reciclagem se dá através de processo composto por cinco etapas interligadas: segregação dos resíduos, processo de separação dos resíduos sólidos; coleta seletiva, recolhimento dos resíduos sólidos através de Pontos de Entrega Voluntária – PEV ou da coleta porta a porta, realizada por empresas contratadas pelos municípios ou por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; triagem e classificação, que corresponde à separação, classificação, prensagem e enfardamento dos resíduos; beneficiamento dos resíduos, procedimento de transformação da composição química para realização da reciclagem; e a reciclagem propriamente dita, realizada pelas indústrias de reciclagem (LAJOLO, 2003).

Para a realização do processo de reciclagem conforme etapas (Figura 5), os catadores são fundamentais, por conta do trabalho realizado na etapa de coleta seletiva e triagem dos materiais. No entanto, a sua participação se dá apenas nessas duas etapas, em virtude da falta de estrutura para realizar o beneficiamento do material. O fato é visto pelos catadores como algo negativo, pois o material acaba perdendo valor de mercado e eles, conseqüentemente, adquirem menos renda.

Figura 5 - Etapas da Reciclagem



Fonte: IPESA, 2013.

Para contornar a perda de renda oriunda da comercialização com os sucateiros, os catadores informais priorizam a coleta de materiais de valor mais elevado, uma vez que não possuem espaço de armazenamento. Os catadores formais, vinculados às cooperativas, por serem mais estruturados, procuram coletar uma quantidade maior de material para tentar a comercialização com as empresas de reciclagem e, conseqüentemente, aumentar a renda (LAJOLO, 2003).

Nesse contexto, os catadores acabam sendo os atores sociais em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que, além de estarem sujeitos às condições precárias provenientes da atividade, ainda recebem a menor fatia da renda gerada pela coleta. No entanto, esse cenário deve ser revertido, considerando a história e a importância dessas pessoas para realização da reciclagem.

A importância do trabalho desses atores se reflete em um processo de gerenciamento de resíduos sólidos, que contribui para a mitigação dos impactos socioambientais causados pelos resíduos sólidos. A coleta seletiva, quando bem desenvolvida, aumenta o tempo de vida útil dos aterros sanitários, diminui a poluição decorrente da disposição inadequada dos resíduos, reduz o gasto de energia e diminui a extração de matéria-prima virgem com a integração do material reciclado como matéria-prima secundária na cadeia produtiva (DAMÁSIO, 2010; CRIVELLARI et al, 2008; SOTO, 2011).

Esses trabalhadores são verdadeiros agentes ambientais, por executarem um trabalho muito importante para limpeza urbana e mitigação dos impactos ambientais (IPESA, 2013). Dessa forma, a figura do catador emerge a partir do debate sobre crise ambiental, pela centralidade do seu papel na reciclagem, considerada como alternativa para resolver o problema dos dejetos excedentes no ecossistema.

No tempo presente, apesar da recente visibilidade dos catadores, em virtude da discussão sobre as questões socioambientais, eles ainda ocupam “uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, dadas suas carências em termos de formação profissional, bem como por serem pobres e relegados para espaços geográficos suburbanos e marginalizados” (IPEA, 2013, p. 27).

Medeiros e Macedo (2006) ainda complementam ao afirmar que esses trabalhadores são explorados pela camada abastada da sociedade, pois recolhem os resíduos produzidos e realizam uma atividade considerada como um subemprego. Pode-se afirmar que a falta de valorização ao trabalho dos catadores gera a marginalização social dessas pessoas.

Deve-se destacar que a marginalização acontece de diversas formas, seja em virtude das más condições de trabalho às quais estão expostos, da falta de acesso aos serviços públicos básicos ou da discriminação social sofrida. Dessa forma, faz-se necessário discutir o tema “inclusão social” para entender de maneira mais clara como o catador é posto à margem da sociedade e os desafios para inclusão social.

1.2 Os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a inclusão social

Os catadores trabalham originalmente de maneira informal, aspecto que dificulta o acesso a uma série de direitos trabalhistas e provoca riscos à saúde: “pela exposição ao calor, à umidade, aos ruídos, à chuva; risco de quedas e atropelamentos; contaminações por materiais biológicos ou químicos; sobrecarga de trabalho, dentre outros” (IPEA, 2013, p. 24).

Esses trabalhadores enfrentam rotinas de trabalho exaustivas, conforme apontado:

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 04 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (CONCEIÇÃO, 2003, p.34).

Apesar da clara importância que os catadores têm por contribuir para o gerenciamento dos resíduos sólidos nas cidades, não conseguem desenvolver seus direitos de cidadania, em virtude da exclusão social, caracterizada pela atividade de catação (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Todavia, para afirmar que um indivíduo está sendo excluído socialmente, é necessário primeiramente entender melhor o que é estar incluído, quais os aspectos inerentes à inclusão social, o que se faz necessário para se definir uma camada da sociedade como incluída ou excluída socialmente.

A discussão acerca do tema “inclusão social” foi iniciada no século XX, momento em que foi publicado o primeiro trabalho de Romeu Sasaki, chamado “Inclusão: construindo uma sociedade para todos” (MOTA, 2002, p. 14).

A autora trata sobre inclusão social sob a ótica dos portadores de necessidades especiais, mas aborda conceitos abrangentes, que podem ser utilizadas em outras situações, como, por exemplo, no caso dos catadores.

Sasaki (2010) define “inclusão social” como a adaptação da sociedade para incluir pessoas que não tenham suas necessidades básicas de sobrevivência atendidas, e, para que isso aconteça, a sociedade se modifique de tal maneira que atenda às necessidades dos seus membros, promovendo possibilidades para que essas pessoas possam exercer sua cidadania.

Embora o catador não seja considerado um indivíduo com necessidades especiais, ele não tem acesso aos serviços básicos oferecidos para um cidadão. Dessa forma, o sistema social deve se adequar para atender necessidades de pessoas que precisam catar “lixo” para alimentação e renda.

A partir do momento em que a Lei 12.305/10 estabelece como meta a eliminação dos lixões até 2021, torna-se fundamental uma reestruturação social no sentido de reintegrar as pessoas que vivem da coleta de resíduos dos lixões.

Nessa direção, Gurgel (2007) afirma que estar incluído na sociedade quer dizer ser compreendido, fazer parte da sociedade. Mas definir inclusão social apenas semanticamente se torna insuficiente, é necessário analisar quais os aspectos que estão envolvidos nessa questão.

Ao considerar a complexidade do tema, Mota (2002) propõe entender o debate acerca da inclusão social a partir do entendimento do que é exclusão social. Entretanto, Fonseca (2006) alerta sobre a generalização do termo “exclusão social” e da sua indefinição entre os especialistas.

Com o objetivo de auxiliar no esclarecimento sobre a expressão “exclusão social” e sobre os aspectos que envolvem a sua caracterização, Sasaki (2010, p. 46) entende que a “desigualdade de renda, de oportunidade de emprego, de acesso à saúde, à educação, à justiça, ao lazer, entre outras” são aspectos determinantes para a exclusão social de uma pessoa.

Nesse sentido, Figueiredo (2012, p. 18) aponta a pobreza como elemento fundamental para a determinação da exclusão social, consequência da “escolha de um modelo de desenvolvimento econômico que valoriza de forma extrema o mercado, com avanços surpreendentes em setores restritos e ampliação da marginalização de alguns setores sociais”.

No entanto, Pereira (1996) ressalta que a exclusão social vai além da esfera socioeconômica, a exclusão política dos direitos de cada um deve ser levada em consideração. O autor define exclusão social como:

[...] um fenômeno moderno, ou melhor, pós-moderno, que, no bojo do processo de globalização da economia e de desregulamentação do trabalho, da produção e da proteção social, vem impondo um novo tipo de clivagem entre nações e entre indivíduos e grupos dentro de uma mesma nação. Esta clivagem não aponta tão somente para a tradicional divisão entre ricos e pobres ou entre os que *têm* e os que *não têm* bens e riquezas, mas indica principalmente a separação entre os que estão *dentro* e os que estão *fora* do circuito das possibilidades de acesso usufruto de bens, serviços e direitos que constituem patrimônio de todos (PEREIRA, 1996, p. 55).

A atividade de catação emerge na tentativa dos catadores de se reintegrarem na sociedade por meio do acesso a um meio de sobrevivência, já que, com a venda dos recicláveis, é possível adquirir renda.

Além da falta de acesso aos serviços públicos e da falta de condições de trabalho, o catador ainda precisa enfrentar o preconceito da sociedade. Muitos são desprezados e confundidos com mendigos ou ladrões. Além do desgaste físico, da exposição aos riscos de acidentes e adoecimento, esses trabalhadores passam pelo sofrimento de serem humilhados e estigmatizados pela sociedade.

Bauman (2005) aponta que, no processo de identificação da atual sociedade, as pessoas que têm uma identidade negada acabam por adotar os rótulos pré-estabelecidos pela sociedade e, apesar de se sentirem desumanizadas com esse rótulo, não conseguem se desvincular dele, pois não possuem a permissão social para isso.

Essa dura realidade que caracteriza as condições de trabalho do catador se insere na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha (BENVINDO, 2010). Alves e Oliveira (2013) afirmam que, na verdade, a atividade de catação está disfarçada como estratégia de sobrevivência, mas o que acontece é a precarização do trabalho através da catação de recicláveis.

Nessa direção, Mota (2002, p.19) infere que os catadores “estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas apartados das condições sociais que lhes assegurem os meios de proteção legais e institucionais relacionados ao seu estatuto de trabalhador”.

Observa-se que a exclusão social enfrentada pelo catador vai além da exclusão socioeconômica, eles não são privados apenas de emprego, educação, saúde, moradia, mas são excluídos também do direito de reivindicar o acesso a esses elementos de necessidade básica. A invisibilidade causada pela atividade de catar resíduos sólidos faz com que a sociedade não lhes dê atenção.

Apesar das dificuldades impostas para o desenvolvimento da atividade de catação, (SILVA, I., 2014, p. 15) lembra que “os catadores não desistem de lutar por uma vida digna, a partir da exigência de formas de organização e mobilização autônomas, para passarem de miseráveis comedores de ‘lixo’ a uma ocupação profissional”.

É por meio da organização em cooperativas e associações que os catadores têm buscado o fortalecimento econômico, considerando a possibilidade de aumento na renda, o

fortalecimento político com a organização da classe e a inserção social através do reconhecimento da atividade como ocupação laboral. Gouveia (2012) ratifica a importância desse tipo de organização para o fortalecimento dos catadores, por ser um instrumento poderoso de regulação social em virtude da sua afinação às necessidades do sistema capitalista, mas de uma forma mais flexível.

O incentivo ao associativismo e cooperativismo proporciona o aumento na geração de trabalho, por desenvolver no trabalhador habilidades de gestão, tornando-o apto a tomadas de decisões (BORTOLI, 2013).

Percebendo essa lógica de inclusão social por meio de organizações formadas por gestões coletivas e compartilhadas, o número de catadores organizados tem aumentado a cada ano. Organizar-se em cooperativas tem sido estratégico também, pois proporciona emancipação econômica, uma vez que possibilita aos catadores maior poder de barganha na venda dos materiais, trazendo como resultado o seu fortalecimento na cadeia de valor da reciclagem e na geração de renda em sua atividade (RECH, 2000).

O processo de organização dos catadores foi iniciado na década de 1980, momento em que surgiu a primeira cooperativa de catadores, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo (COOPAMARE). Em 1989, a COOPAMARE surgiu com a ajuda da Organização de Auxílio Fraternal – OAF, que, na época, tinha um projeto para auxiliar os moradores de rua, no qual eram organizadas reuniões entre os moradores de rua, que eram, em sua maioria, catadores (COOPAMARE, 2017).

Essas reuniões fizeram os catadores perceberem que unidos tinham mais força para realizar o seu trabalho e deram início ao processo de organização com a criação de uma associação que, posteriormente, veio a se tornar a COOPAMARE (COOPAMARE, 2017). Em 2017, contam com 80 cooperados e 120 catadores avulsos, que frequentam a cooperativa em busca de capacitações (COOPAMARE, 2017).

Após a primeira experiência, surgiram mais cooperativas e associações, o que deu origem ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 1999, com o I Encontro Nacional de Catadores de Papel (MAGALHÃES, 2012). Com a criação do MNCR, os catadores conseguiram maior representatividade política na luta por sua causa.

Em 2001, no 1º Congresso Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, que contou com a participação de 1.700 catadores, foi lançada a Carta de Brasília, documento enviado ao congresso contendo as necessidades dos catadores (MNCR, 2016).

Em 2003, em Caxias do Sul/RS, foi realizado o 1º Congresso Latino Americano com o objetivo de fortalecer a classe através da união dos catadores dos países da América Latina (MNCR, 2016). E, no ano de 2006, foi realizada a Marcha, em Brasília, que reuniu 1.200 catadores, com o objetivo de levar ao Governo Federal os anseios e dificuldades da classe.

O MNCR tem mostrado sua força nacionalmente por meio de suas articulações políticas no Brasil, além de orientar e capacitar as cooperativas país a fora. Com a Declaração de Princípios e Objetivos, o MNCR norteia suas ações para “a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe” (MNCR, 2016, p. 1).

Esse movimento contribui para o desenvolvimento de cooperativas, o que conseqüentemente contribui para a autonomia dos catadores, pois traz como vantagens geração de emprego e renda e resgate da autoestima dos catadores (ALMEIDA; CORDEIRO, 2015).

1.3 Cooperativas de catadores: uma alternativa para inclusão social

O desenvolvimento de cooperativas é pensado como estratégia para superação do desemprego e para atingir esse objetivo é importante que as experiências dessas organizações sejam amplamente divulgadas e compartilhadas.

O cooperativismo surgiu no século XIX, como resposta aos problemas advindos da Revolução Industrial, a fim de fomentar a solidariedade entre os humanos e combater o modo de trabalho predatório trazido pelo capitalismo (CONCEIÇÃO, 2003).

Foi na Inglaterra, com o movimento trabalhista, que o cooperativismo originou-se e, desde então, surgiram casos de sucesso nos mais diversos setores da economia brasileira, constituindo o que recentemente passou a ser conhecido como economia solidária (SINGER, 2000).

Para Miranda (1973), a análise sobre a evolução da doutrina cooperativista deve ser feita à luz do avanço do capitalismo, pois este evidencia elementos que propiciam terreno fértil para o desenvolvimento de manifestações sociais, econômicas e políticas. No entanto, mesmo antes da Revolução Industrial, existiam alguns estudiosos que já sinalizavam a necessidade social da formação de cooperativas.

Um dos primeiros estudiosos foi o holandês Peter Cornelius Plockboy, que, em 1659, começou a espalhar panfletos os quais falavam sobre uma maneira de pobres trabalharem através da formação de uma associação, onde seria possível cada um manter sua propriedade e conseguir trabalho sem grande dificuldade (CONCEIÇÃO, 2003).

Em 1802, o francês Claude-Henri começou a escrever obras sobre política, economia e filosofia com um viés revolucionário e que levava para discussões cooperativistas. Na Inglaterra, Robert Owen apresentou, em 1817, ao governo britânico, um plano de fundos cujo objetivo seria fornecer, aos pobres, terras e financiamento para formação de cooperativas (CONCEIÇÃO, 2003).

Já na Itália, o movimento foi impulsionado pelo político e economista Luigi Luzzati. No final do século XIX, Charles Gide deu origem às 12 verdades/doutrinas da cooperação, que acabaram por impulsionar a “Escola ou Tendência” cooperativa de Nimes (CONCEIÇÃO, 2003).

E, no Brasil, o cooperativismo se efetiva em 1847, quando Jean Maurice Faivre, junto com alguns europeus, cria, no estado do Paraná, a primeira cooperativa agrícola do país (SINGER; SOUZA, 2000).

Como consequências desses movimentos, surge a filosofia de Rochdale, originada em 1844, em Manchester, na Inglaterra, em virtude da organização de tecelões ingleses que criaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, cuja prioridade era o bem-estar do homem, e não o lucro (SOARES, 1987).

De acordo com Tesch (2000, p. 125), essa cooperativa idealizou princípios que, até hoje, são os balizadores do movimento cooperativista:

1. Adesão livre e voluntária - As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades como sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa.
2. Controle democrático pelos sócios - As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto), independentemente do volume de quotas-partes.
3. Participação econômica dos sócios - Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte deste capital é de propriedade comum das cooperativas. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas (possibilitando a formação de reservas, parte destas podendo ser indivisíveis); retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas. Neste caso, é importante relatar que tanto a sobra como a formação de reservas, a cooperativa só conseguirá com a obtenção de lucro.

4. Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5. Educação, treinamento e informação - As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento.

6. Cooperação entre cooperativas - As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Preocupação com a comunidade - As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros (TESCH, 2000, p. 125).

Os princípios cooperativistas fornecem um entendimento do que venha a ser uma cooperativa; no entanto, não esclarecem sobre o que é uma cooperativa com uma definição propriamente dita. Antes de buscar a definição conceitual estabelecida por estudiosos, é importante entender a essência da palavra “cooperativa”, etimologicamente. De acordo com Conceição (2003, p. 51), “cooperativa” significa “palavra que vem do latim *cooper are* - operar simultaneamente, prestar colaboração, trabalhar em conjunto para um fim comum”.

No que se trata do conceito de “cooperativa”, Bosi (2008) entende que o seu significado tem diferentes pontos de vistas; por isso, ele busca definir tal palavra a partir do ponto de vista jurídico, econômico e político. Nas análises, o autor enfatiza que:

Do ponto de vista jurídico, a cooperação é uma forma associativista de organização, na qual os direitos e deveres dos associados cooperados são por eles entabulados no estatuto social. Do ponto de vista econômico, a cooperação é uma forma de elevar o ganho anual do cooperado. Do ponto de vista político, é modelo social democrático de correção do liberalismo capitalista (BOSI, 2008, p. 83).

Por se tratar de uma organização social, é importante ir além das perspectivas jurídica, econômica e política, pois deve ser abordada também a definição pela perspectiva social. Nessa visão, Rech (2000) define:

A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato de a mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes (RECH, 2000, p. 22).

Já Ferreira (2001) e Hobsbawm (1995) definem “cooperativa” como:

Associação de caráter social e econômico, sem objetivo de lucro, geralmente destinada a organizar os setores da produção, do consumo e do crédito, podendo estender-se a outros campos de atividade, visando à realização de um programa comum anticapitalista e de combate ao monopólio (FERREIRA, 2001, p. 21).

Sociedade cujo capital é formado pelas cotas dos associados, que, em cooperação, visam ao próprio benefício, reduzindo custos de operação, proporcionando assistência técnica, garantindo mercado e preços compensadores quer na compra, quer na venda de produtos e bens (HOBSBAWM, 1995, p. 45).

Assim, ficam claras as vantagens inerentes à participação dos catadores em cooperativas:

A cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da autoajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores (SINGER, 1995, p. 89).

Matos, Maia e Maciel (2012) ressaltam que, além dos ganhos econômicos, a inserção dos catadores em cooperativas permite a reconstrução de sua identidade social a partir do sentimento de pertencimento e identificação com um grupo cujas necessidades e anseios são compartilhados, entendidos e batalhados em conjunto.

Nesse arcabouço, são inegáveis as vantagens que a organização dos catadores em cooperativas pode trazer, pois possibilita o acesso à cidadania, o que contribui para superação dos traumas causados pelo estigma da atividade. Quando organizados em grupo, os catadores passam a sentir um significado maior do trabalho, tanto para eles próprios quanto para a sociedade (ALMEIDA; CORDEIRO, 2015).

Nessa mesma direção, Rodrigues (2002) complementa:

(...) o fato de pertencer à cooperativa tem efeitos simbólicos muito importantes, que melhoram substancialmente a atitude da polícia e da sociedade em geral face aos membros das cooperativas. (...) O uniforme, semelhante ao dos empregados das empresas de limpeza convencionais, proporciona ao reciclador um status de trabalhador que geralmente lhe é negado quando circula pela cidade vestindo roupas humildes. (RODRIGUES, 2002, p. 353).

Desse modo, percebe-se que a inserção dos catadores em cooperativas proporciona uma inquestionável ampliação de possibilidades, considerando-se os ganhos: econômicos, ao aumentar o poder de aquisição de bens; políticos, com o fortalecimento da classe para as reivindicações ao poder público; e sociais, no momento em que são unidas forças para superação da exclusão social.

Entretanto, a realidade dos catadores cooperados não é só de possibilidades, existem também os obstáculos, que, por vezes, acabam superando qualquer sonho de uma vida melhor. Pois, para a implantação de uma cooperativa, é necessária infraestrutura básica que

permita a realização das etapas de coleta e triagem, obrigatoriamente, e, se possível, beneficiamento, para que seja viável a comercialização dos resíduos (CEMPRE, 2016).

Para seu funcionamento, a cooperativa precisa de: veículo adequado para realização de transporte, imóvel com bastante espaço para armazenamento dos resíduos e espaço para esteira de triagem, maquinário para triagem e prensa do material. No entanto, para o seu funcionamento, são necessários recursos financeiros suficientes, algo que não tem sido de fácil acesso para as cooperativas (OLIVEIRA D., 2012).

Porém, não basta apenas ter infraestrutura, os catadores de uma cooperativa devem ser estimulados a desenvolverem um trabalho coletivo, construindo redes e aumentando as escalas de produção; ser capacitados para separação correta dos materiais por tipos, prensagem, enfardamento, armazenagem e inserção destes nas redes de comercialização; e que sejam reconhecidos como uma categoria profissional com intuito de melhorarem sua autoestima e, conseqüentemente, conseguirem respeito da comunidade (GOUVEIA, 2014).

Sem o suporte do Estado, do mercado e da sociedade, as cooperativas de catadores apenas reafirmam o trabalho informal, com ambiente precário e desprotegido o que torna o catador mais uma vítima de exploração do sistema capitalista (MEIRELES, 2009).

Para Santos (2007), os catadores são apenas *self-employedproletarians*¹, pois a atual estrutura do mercado de reciclagem cria apenas uma ilusão de autoemprego, não sendo, na verdade, uma emancipação econômica dos catadores, mas uma venda da sua força de trabalho, por preços baixos e sem seguridade social trabalhista, para as empresas de reciclagem.

O contexto de desamparo e dificuldades resulta num outro dificultador, que é a instabilidade da ocupação e rotatividade dos catadores em cooperativas, algo que deixa a cooperativa mais fragilizada (BORTOLI, 2013). Nesses aspectos, o cenário atual de desenvolvimento de muitas cooperativas ainda é precário.

Para que o cenário mude, e os catadores possam se inserir de forma competitiva no mercado e abandonar o papel de explorado, são necessários investimentos por parte do Estado, sobretudo de tal forma que as cooperativas possam se autossustentar e prosseguir de forma independente (ALMEIDA E CORDEIRO, 2015).

De acordo com Martins (2002):

¹ Proletários independentes.

Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico, para com ele compatibilizar o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem-vindo (MARTINS, 2002, p. 9).

No entanto, o que se observa é um contexto repleto de dificuldades das mais diversas naturezas. Dificuldades econômicas, com a exploração dos atravessadores e empresas de reciclagem que se aproveitam da fragilidade organizacional das cooperativas para adquirir materiais por preços irrisórios. Dificuldades políticas, com a falta de mobilização do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas realmente resolutivas na direção do desenvolvimento e independência das cooperativas.

E, por fim, as dificuldades sociais, que insurgem da segregação do catador pela própria sociedade, em virtude da origem degradante da atividade que vulnerabiliza a imagem do cidadão, ao ser colocado em uma situação de humilhação, como é o caso do catador, que, para não passar fome, vai em busca de alimento no lixo.

Dessa forma, o que se vê, na verdade, é necessidade de uma mudança de perfil do catador, de um cidadão à mercê da sociedade e fora do mercado de trabalho para um profissional conhecedor do mercado de reciclagem e de gestão cooperativista, senão ele será engolido pelo ambiente formado.

Assim, faz-se necessário ressaltar que as discussões e iniciativas não devem se limitar aos aspectos ambientais e econômicos que perpassam a problemática dos resíduos sólidos, é importante considerar também os aspectos sociais.

Portanto, para a realização de um trabalho em rede, com o objetivo de garantir a participação dos catadores no processo através do suporte político, econômico e social, são parte da demanda, não só as mudanças nos padrões de produção, mas também mudanças na postura dos atores envolvidos no processo de gerenciamento de resíduos sólidos.

1.4 Políticas públicas: um olhar para o catador

Por se tratar de uma problemática oriunda de uma questão estrutural da sociedade capitalista e suas relações entre o consumo e descarte dos resíduos, o Estado passa a ter papel fundamental para a problemática do catador, em virtude da sua função regulamentadora e de articulação das relações entre os atores sociais envolvidos no processo de gerenciamento de resíduos sólidos (ABREU, 2001).

Além do Estado, devem-se destacar também como atores sociais corresponsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos² as indústrias e empresas privadas. A esses atores cabe a responsabilidade de garantir a logística³ reversa de suas mercadorias (BESEN, 2006).

À sociedade civil cabe a separação adequada dos seus resíduos sólidos descartados para que eles sejam coletados posteriormente pela coleta regular e seletiva, cuja realização é de responsabilidade das prefeituras. Porém, deve-se ressaltar que historicamente a coleta seletiva tem sido realizada pelos catadores, sejam eles formais ou informais (SILVA *et al.*, 2011).

Os atravessadores são os atores que realizam compra dos resíduos recolhidos pelos catadores e os vendem para as empresas de reciclagem, responsáveis pela transformação dos materiais recicláveis em matéria-prima reciclada (SILVA, M., 2013).

O poder público atua de diversas formas, seja através do Ministério do Meio Ambiente, que tem o papel de regulamentar o processo de planejamento de gestão ambiental, seja através das prefeituras, que são responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos.

De acordo com Rolnik (2012), a camada da sociedade civil que produz maior quantidade de resíduos sólidos é a que possui maior poder aquisitivo, ou seja, educação, boa renda e serviços públicos são de fácil acesso a esses cidadãos, portanto, pessoas incluídas socialmente.

Para as indústrias e empresas privadas, está à disposição o capital que possibilita maior facilidade de estruturação para viabilizar a logística reversa dos produtos. Os atravessadores e empresas de reciclagem formam o mercado que dita o preço dos materiais recicláveis. E o poder público federal é o poder que rege a dinâmica desses atores, através das políticas públicas.

Ao observar esse cenário, pode-se concluir que o catador é o ator que se encontra em maior desvantagem. São pessoas excluídas socialmente, sem infraestrutura suficiente para se organizarem a ponto de atender ao mercado, o que conseqüentemente os coloca em posição de

²Gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na Lei 1.305/10 (BRASIL, 2010, p. 1).

³Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, p. 1).

desvantagem para a comercialização dos materiais. Dessa forma, o catador torna-se o ator com maior necessidade de apoio.

De acordo com Miura (2004), a exploração com os catadores só diminuirá com a adoção de estratégias econômico-política e social por parte dos governos municipais, estaduais e federais, que deverão atuar juntamente com iniciativas privadas para criar essas estratégias e desenvolver políticas públicas que proporcionem mudanças concretas e viáveis na situação dos catadores.

Políticas públicas podem ser definidas como toda ação do poder público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, realizada por meio de produção de serviços ou ações regulamentadoras que influenciam no contexto econômico, social, ambiental, espacial e cultural, cuja materialização se dá pelo intermédio de ações concretas dos sujeitos sociais (GUERRA, 2010).

Esteve (2009, p. 29) ainda complementam destacando que políticas públicas são “originadas por pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo em se sensibilizar acerca dessas pressões”.

No que diz respeito às políticas públicas que influenciam o contexto dos catadores no Brasil, o que tem sido feito por parte do poder público é basicamente a criação de políticas públicas que, se devidamente implantadas, impactam direta ou indiretamente a vida dos catadores. O Quadro 01 explana cronologicamente as políticas federais já criadas para a inserção social dos catadores.

Quadro 1 - Políticas públicas federais

Ano	Política Pública
1971	Lei 5.764 que define Política Nacional de Cooperativismo
1988	Constituição Brasileira que determina como direito básico o direito ao meio ambiente
2002	Reconhecimento da categoria como ocupação pelo Código de Ocupações.
2006	Decreto Lei 5.940 que institui a Coleta Seletiva Solidária
2007	Lei 11.445 que define a Política Nacional de Saneamento Básico.
2010	Decreto Lei 7.217 que regulamenta a Lei 11.445.
2010	Decreto Lei 7.619 que regulamenta a concessão de crédito presumido do IPI para indústrias que utilizarem matéria-prima adquiridas de cooperativas.
2010	Lei 12.305 que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
2010	Decreto Lei 7.404 que regulamenta a Lei 12.305.
2010	Decreto Lei 7.405 que institui o Comitê Interministeral para Inclusão Social e Econômica do Catador.
2012	Lei 12.690 que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho.

Fonte: ARACAJU, 2014.

A primeira política pública cujo impacto é observado como relevante para a questão do catador é a Lei 5.764 de 1971, que dispõe sobre as diretrizes acerca da Política Nacional de Cooperativismo (PNC). A Lei especifica os aspectos que devem ser considerados para a criação de cooperativa, assim como os tipos e as obrigações legais para sua condução.

Nesse sentido, é considerada como cooperativa “a sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, p. 2). Acrescenta-se ainda que, para formação de cooperativa, é fundamental que a adesão dos integrantes seja de natureza voluntária (BRASIL, 1971). Dessa forma, observa-se que a Lei da PNC tem influência direta no contexto dos catadores que fizerem parte de cooperativas.

De forma indireta, pode ser considerada como política pública para discussão do assunto a Constituição Federal do Brasil, mais especificamente o artigo 225, ao tratar de questões relacionadas ao meio ambiente quando é posto no artigo que: “Todos têm direito a

um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 55).

Respalhada pelo que é posto na Constituição Federal do Brasil e nas discussões originadas da Conferência Rio-92, que geraram forte impacto no posicionamento do poder público brasileiro sobre as questões ambientais e, conseqüentemente, sobre a questão dos catadores, surgiu a primeira política pública de influência direta para o catador em 2002, momento em que a ocupação de catador foi reconhecida pelo Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO). No entanto, esse reconhecimento ainda não foi suficiente para gerar mudanças efetivas nas condições de vida dos catadores (BORTOLI, 2013; IPESA, 2013).

Antes do reconhecimento da CBO, os catadores não possuíam identificação específica e, por isso, surgiram nomenclaturas muitas vezes pejorativas, sendo registrada/registrados apenas no Censo de 2010 como “coletores de lixo e material reciclável”, “classificadores de resíduos” e “varredores” e afins (IPEA, 2013).

Em 2007, foi promulgada a Lei no 11.445, referente às diretrizes estabelecidas para a Política Nacional de Saneamento Básico, que estabelece a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva pelo poder público municipal (CIISC, 2016). No entanto, a medida se tornou ineficaz, pelo baixo grau de organização das cooperativas e associações para atender a burocracia que envolve a prestação de contas ao governo quanto à contratação dos serviços (IPEA, 2013).

Como consequência, foi criado o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica do Catador, o qual é responsável pelo Programa Pró-catador, que tem “objetivo de integrar e articular as ações do governo federal ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (MNCR, 2016).

Em 2010, foi aprovada a Lei 12.305, importante para inserção dos catadores no processo de gerenciamento de resíduos sólidos, pois reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, além de promover a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010; IPESA, 2013).

A exigência da PNRS em inserir as organizações de catadores nos programas de coleta seletiva dos municípios mudou de forma estratégica a relação dessas organizações com as

prefeituras, tornando as prefeituras corresponsáveis pelo desenvolvimento das cooperativas (OLIVEIRA, D., 2011).

No entanto, ainda existem conflitos de interesses entre os atores sociais envolvidos na implantação da lei, assim como dificuldades de operacionalização da própria política pública, por parte dos municípios brasileiros que não têm colocado em prática obrigatoriedade no desenvolvimento de programas voltados para os catadores (ROMANI, 2004).

Nesse sentido, destaca-se que, nos municípios de Sergipe, ainda não há registro de programas ou ações voltadas para os catadores; no entanto, existem políticas públicas (Quadro 02) no âmbito da problemática de resíduos sólidos que, de certa forma, podem afetar o catador de maneira indireta.

Quadro 2 - Políticas públicas estaduais

2 Ano	3 Política Pública
2003	Lei 4.787 que dispõe sobre a organização básica da Secretaria de estado do Meio Ambiente (SEMA).
2003	Lei 5.057 que dispõe sobre a organização da Administração Estadual do Meio Ambiente vinculada a SEMA.
2004	Lei 5.360 que dispõe sobre a criação do Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE.
2006	Lei 5.857 que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
2006	Lei 5.858 que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente.

Fonte: ARACAJU, 2014.

Das cinco leis dispostas, apenas uma delas exerce influência direta sobre o problema do catador: a Lei 5.857/06, que estabelece as diretrizes estaduais para gerenciamento dos resíduos sólidos de Sergipe, considerando-se a obrigatoriedade do seu alinhamento à Lei 12.305/10, na qual é prevista a participação das cooperativas de catadores.

Já as outras leis estão ligadas mais especificamente à regulamentação das ações voltadas às questões ambientais, estas que, por vezes, acabam afetando os catadores, por trazerem à tona a importância do trabalho desses atores. As duas primeiras Leis, nº 4.787/03 e nº 5.057/03, correspondem à criação de órgãos públicos responsáveis pela execução e

fiscalização das ações de meio ambiente. Tanto a Lei 5.360/04 quanto a Lei 5.858 estão voltadas para o estabelecimento de diretrizes voltadas às questões ambientais em Sergipe.

Em suma, o cenário, tanto federal quanto estadual, mostra que a existência por si só de políticas públicas não é suficiente para resolver a questão dos catadores. O que acontece na verdade são ações no campo de política inclusiva, sendo necessário o desenvolvimento de ações no campo de renda e trabalho, através de projetos participativos, com possibilidades de interferência dos catadores como sujeitos políticos na construção da sociedade em que eles estejam incluídos (BORTOLI, 2013).

É urgente uma mudança de perfil de gestão pública a fim de que se possa contar com a participação dos atores sociais envolvidos na problemática, para que juntos construam ações. Seguindo nessa direção, Esteve (2009, p. 185) propõe a adoção de uma gestão em rede, que corresponde à “gestão das relações sociais que constroem a sociedade propriamente dita, já que esta é uma configuração espaço-temporal de relações sociais que se localizam em um território – instrumento fundamental da governança democrática”.

Para o melhor entendimento de uma gestão em rede, faz-se necessário conhecer o conceito de rede.

Rede é como um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (CASTELLS, 1999, p. 1).

Ainda nessa direção, Guerra *et al* (2010) definem que a gestão em rede traz o homem para o centro do processo, o qual deve otimizar o funcionamento das organizações de forma racional e fundamentada para a escolha de medidas e ações que contribuam para o desenvolvimento e a satisfação de todos.

Para uma governança democrática, não é suficiente ouvir as demandas e necessidades do cidadão, as pessoas devem se sentir corresponsáveis pelo desenvolvimento das cidades, deve entender a importância do passado, presente e futuro dos seus espaços, assim como a infraestrutura disponível para a adequação necessária das necessidades de todos (GUERRA *et al*, 2010).

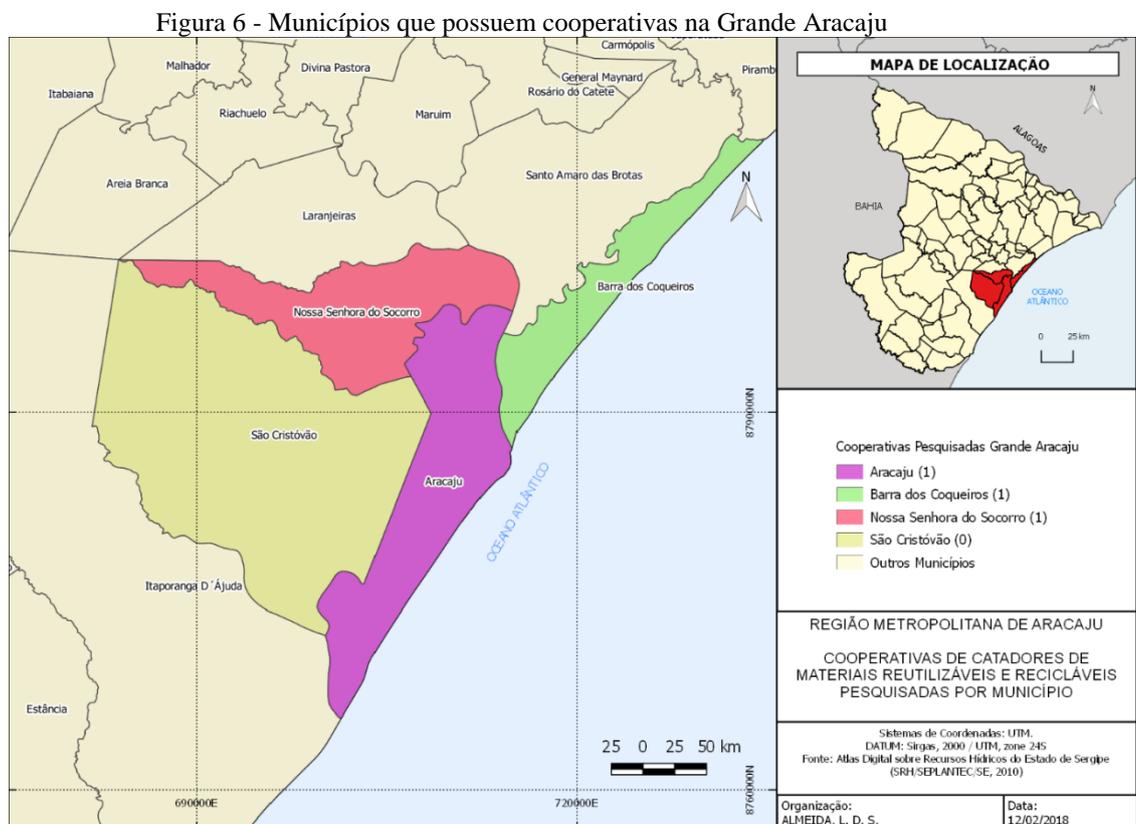
Não basta apenas entender as necessidades dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mas é fundamental o envolvimento desses atores na construção conjunta de soluções para os problemas que os envolvem. Os catadores devem compreender a

infraestrutura disponível e as possibilidades de sua ampliação para, então, pensar em conjunto com o poder público, o mercado de reciclagem e a sociedade, em programas e ações efetivos.

2. METODOLOGIA

2.1 Caracterização da área de estudo

Para a realização do estudo, foram estabelecidos como delimitação geográfica os municípios que fazem parte da região denominada Grande Aracaju, região responsável pela produção de 48% dos resíduos sólidos urbanos do Estado de Sergipe. A região da Grande Aracaju é composta por onze municípios, sendo que apenas três deles possuem cooperativas, a saber: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros (Figura 6).



Fonte: ALMEIDA, 2018.

2.1.1 Aracaju

Aracaju foi fundada em 1855, momento em que se tornou a capital do estado de Sergipe (ARACAJU, 2017). Está localizada na região Nordeste do Brasil, a 10°55'56" de Latitude Sul e 37°04'23" de Longitude Oeste, com limitação ao Norte e Oeste com o município de Nossa Senhora do Socorro, ao Sul com São Cristóvão e ao Leste com o Rio

Sergipe e o Oceano Atlântico. Sua extensão territorial corresponde a 181,857 km², ocupando 0,83% do Estado de Sergipe (IBGE, 2010).

O clima de Aracaju é caracterizado como tropical quente úmido, cuja temperatura média é de 26° C, com pluviosidade média anual de 1.590mm (IBGE, 2010). Geomorfologicamente, possui planície fluvial marinha e planície marinha, relevo dessecado do tipo colina, aprofundamento de drenagem muito fraca e extensão de suas formas. A combinação geomorfológica com a disponibilização inadequada de resíduos sólidos urbanos propicia um ambiente favorável para alagamentos e, conseqüentemente, disseminação de doenças, como a dengue (ARACAJU, 2017).

A cidade é composta por uma população de 641.523 habitantes, o que corresponde a 28% da população do estado, com densidade de 3140,65 hab/km², sendo considerada a cidade mais populosa de Sergipe (ARACAJU, 2017). A densidade demográfica é um ponto importante a ser considerado na análise de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de uma cidade.

É considerada como principal centro urbano econômico do estado, responsável por 35,5% do PIB de Sergipe e suas principais atividades econômicas são a pecuária, a agricultura, a extração de petróleo e o turismo (PNUD, 2010). Em 2015, apenas 38,7% da população da referida cidade estava ocupada em empregos formais, cujo rendimento médio correspondia a de 3,1 salários mínimos.

Aracaju é responsável por grande parte da geração de resíduos sólidos urbanos do estado de Sergipe. A sua produção corresponde a uma média de um quilo resíduo sólido urbano por habitante por dia, média alta se comparada à média do estado⁴, o que indica que Aracaju produz em torno de 640.000 quilos de resíduos sólidos urbanos por dia (ARACAJU, 2017).

O gerenciamento de resíduos sólidos da cidade de Aracaju era de responsabilidade da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) até 2015, quando os serviços de limpeza pública da cidade foram transferidos para a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente (SEMA) (ARACAJU, 2017).

⁴ De acordo com relatório de 2015 da ABRELPE a média de geração de resíduos sólidos urbanos do estado de Sergipe estava em 0,75 Kg/hab/dia (ABRELPE, 2015).

A coleta regular da cidade é feita pela CAVO, empresa terceirizada contratada pela prefeitura. Já a coleta seletiva, que, de acordo com a prefeitura, existe desde 2001, é feita por uma cooperativa de catadores, que percorre em torno de 22 bairros (ARCAJU, 2014).

Os instrumentos normativos que interferem no gerenciamento de resíduos sólidos são: A Lei Municipal nº 1.547, de 20 de dezembro de 1989, que instituiu o Código Tributário Municipal e Normas do Processo Administrativo Fiscal, alterada em 05 de abril de 1990, entrou em vigor A Lei Orgânica do Município de Aracaju, criada para promover a ordem municipal, norteando a vida da sociedade, visando o bem estar, o progresso e o desenvolvimento social. Em de 29 de dezembro de 1998, a Lei Complementar nº 38 altera a Lei 1.547. E, em seguida, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju foi instituído pela Lei Complementar nº 42/2000, que criou o sistema de planejamento e gestão urbana do Município (ARCAJU, 2014).

Como instrumentos de gerenciamento de resíduos sólidos, foram criados, em 2017, o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju – que não conta com a participação de Aracaju, já que a cidade não faz parte do consórcio – e o Plano Integrado de Saneamento Básico de Aracaju – que propõe medidas para expandir a coleta seletiva para todos os bairros (ARCAJU, 2014).

2.1.2 Nossa Senhora do Socorro

Nossa Senhora do Socorro, localizada também no estado de Sergipe, surgiu em 1864, considerada muito tempo como cidade dormitório, pela sua proximidade com Aracaju (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2011).

Sua extensão é de 155km², está localizada a 10°51'18" de Latitude Sul e 37°07'33" de Longitude Oeste, tem como municípios limítrofes Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas e possui como clima o tropical quente e úmido, cuja temperatura média é de 25,2° C, com pluviosidade média anual de 1.413mm, tendo em média, a cada três meses, um seco (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2011).

A cidade de Socorro tem uma população estimada de 181.928 habitantes, com densidade de 1.025,87hab/km², estando entre os cinco municípios mais populosos de Sergipe (IBGE, 2010).

Ocupa a segunda colocação em economia do estado, com participação de 7,5% do PIB de Sergipe (PNUD, 2010), cuja composição corresponde, em ordem crescente, ao setor de serviços, indústrias e agropecuária, compondo cerca 7,5% do PIB do estado (IBGE, 2010). A população ocupada em empregos formais é de 12,9% e recebe uma média de 2,4 salários mínimos (IBGE, 2010).

É a segunda cidade com maior produção de resíduos sólidos do estado, com uma média de produção anual de 145.000 quilos por dia (ARACAJU, 2014). Para realizar a coleta regular da cidade, a prefeitura conta com a prestação de serviços da empresa ESTRE e, para realizar a coleta seletiva, a empresa já está em processo de contratação da cooperativa REVIRAVOLTA (ARACAJU, 2014).

A cidade de Nossa Senhora do Socorro é bastante instrumentalizada no que diz respeito aos normativos relativos à gestão de resíduos sólidos, dentre eles estão: a Lei Municipal nº 451/1998, que dispõe sobre a criação do Projeto de Coleta Seletiva do Lixo Reciclável; a Lei Municipal nº 483/1999, que cria o Código Sanitário do Município de Nossa Senhora do Socorro; a Lei nº 517/2001, que cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMA, cuja finalidade é programar, organizar, executar e acompanhar a política do Governo Municipal de Nossa Senhora do Socorro ao Meio Ambiente (ARACAJU, 2017).

Ainda no que se refere a resíduos sólidos, há a Lei Municipal nº 631/2005, que autoriza firmar parcerias com empresas privadas, objetivando a colocação de lixeiras e coletores de lixo útil (caçambas ou outros recipientes apropriados) nos logradouros públicos do Município; e a Lei Municipal nº 680/2006, que instituiu a aplicação de multa sobre as pessoas físicas e jurídicas que depositarem resíduos sólidos em logradouros públicos, canais, terrenos baldios e vias pluviais (ARACAJU, 2017).

2.1.3 Barra dos Coqueiros

O município de Barra dos Coqueiros foi fundado em 1953, localizado a apenas 3km da capital de Sergipe, a 10°54'32" de Latitude Sul e 37°02'20" de Longitude Oeste, à margem esquerda do Rio Sergipe, e tem como municípios limítrofes Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e Pirambu (BARRA DOS COQUEIROS, 2017). O clima da cidade é tropical úmido.

A extensão do seu território é de 90,322km², ocupada por 27.495 habitantes, compondo uma densidade de 304,41 hab./km² (IGBE, 2010). Barra dos Coqueiros possui grande representatividade econômica no estado, por conta do seu destaque na extração de petróleo; 12,4% da sua população ocupa empregos formais, são recebidos, em média, 2,7 salários mínimos.

A economia de Barra dos Coqueiros ocupa o 14º lugar em termos de representatividade no PIB de Sergipe (ARACAJU, 2017), composta essencialmente pela extração do petróleo e turismo. Em 2010, foi registrado que apenas 12,6% da população está ocupada em emprego formal e possui como renda 2,7 salários mínimos (IBGE,2010).

Sua produção de resíduos sólidos urbanos representa 2,24% da produção da Grande Aracaju, ocupando o 5º lugar de maior produtor da região. Sua gestão de resíduos sólidos é feita ainda de forma bastante incipiente (ARACAJU, 2017).

Barra dos Coqueiros realiza de maneira sistemática apenas a coleta regular, feita pela empresa Norte, que dispõe todos os resíduos no aterro administrado pela ESTRE. Já a coleta seletiva é feita de maneira incipiente pela CATRE, sem ter nenhum tipo de parceria oficial com a prefeitura.

No entanto, para realizar a gestão de resíduos sólidos, Barra dos Coqueiros está participando do consórcio da Grande Aracaju, que, em 2016, criou o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos da Grande Aracaju, o qual dispõe sobre os instrumentos, diretrizes e metas acerca da gestão dos resíduos sólidos das cidades participantes do consórcio.

Dispõe de alguns instrumentos normativos que influenciam o assunto, são eles: a Lei Complementar nº 02/2007, que instituiu o Código Tributário do Município de Barra dos Coqueiros, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas; a Lei Municipal nº 569/ 2009, que instituiu o Plano Plurianual do Município de Barra dos Coqueiros para o quadriênio 2010/2013, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada (ARACAJU, 2016).

2.2 Caracterização do objeto de estudo

O estudo tem como objeto as cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, cuja delimitação empírica obedeceu aos seguintes critérios:

- ✓ Cooperativas localizadas na Grande Aracaju, por se tratar da região como maior produção de resíduos recicláveis do estado de Sergipe;
- ✓ Cooperativas com menos de 20 cooperados, pois é importante entender as dificuldades das cooperativas que não conseguem sequer atender ao número mínimo de cooperados conforme estabelecido pela Política Nacional de Cooperativismo;
- ✓ Cooperativas que recebem algum tipo de apoio das prefeituras, pois é mister investigar as dificuldades das cooperativas que recebem apoio das prefeituras, mas que, mesmo assim, não atingem o número mínimo de 20 cooperados.

Dessa forma, das cinco cooperativas existentes na Grande Aracaju, foram selecionadas três: a Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria (COORES); a Cooperativa de Reciclagem Reviravolta (REVIRAVOLTA); e a Cooperativa de Agentes no Trabalho da Reciclagem (CATRE).

A cooperativa COORES está localizada na Rua Vereador Manoel Nunes Resende, s/n, Bairro Santa Maria, Aracaju/SE. Foi criada em 2013, através de uma iniciativa da prefeitura que orientou os catadores do lixão, localizado no Bairro Santa Maria, a se articularem para a formação de uma cooperativa. Atualmente a COORES conta com 11 integrantes.

A cooperativa REVIRAVOLTA foi criada em 2012, com o objetivo de contemplar os catadores que ficaram sem alternativas após o fechamento do lixão do Bairro Palestina, em Nossa Senhora do Socorro. Angustiadados com a possibilidade de perder a sua única fonte de renda, os catadores buscaram orientação do Ministério Público, que indicou como melhor opção a formação de uma cooperativa. Foi nesse momento que uma das catadoras acreditou na ideia e começou a mobilizar os seus colegas.

No início, a cooperativa possuía mais de 100 catadores; no entanto, com a dificuldade de conseguir alguma renda, muitos abandonaram a ideia e foram trabalhar como catadores informais, existindo atualmente apenas 15 integrantes.

Por fim, a cooperativa CATRE, localizada na cidade de Barra dos Coqueiros/SE, foi criada em 2010, através de uma mobilização, realizada pela prefeitura, que demonstrou o interesse de incentivar a criação da cooperativa. A partir dessa divulgação, um grupo de catadores se mobilizou e formou a cooperativa. De acordo com o presidente, havia, na época, mais de 100 cooperados, mas, com os problemas que surgiram ao longo dos anos, a cooperativa possui atualmente apenas 04 cooperados.

2.3 Procedimentos Metodológicos

Para realizar esta pesquisa, foi adotado como método de abordagem o método hipotético-dedutivo, consiste “na escolha de problemas interessantes e na crítica de nossas permanentes tentativas experimentais e provisórias de solucioná-los” (POPPER, 1975 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86).

Quanto aos procedimentos, foram adotados os métodos: comparativo, considerando que a análise foi realizada a partir da comparação entre as cooperativas; e monográfico, já que foi estudado “o conjunto das atividades de um grupo social” (LAKATOS; MARCONI, 2003).

De acordo Hatt (1973, p. 398, *apud* RICHARDSON, 1999, p. 79), “a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos ‘qualitativos’ e ‘quantitativos’, ou entre ponto de vista ‘estatístico’ e ‘não estatístico’”. Dessa forma, a presente pesquisa é caracterizada como quali-quantitativa.

Define-se como pesquisa qualitativa aquela de que o pesquisador participa, a qual compreende e interpreta com o objetivo de entender a natureza de um fenômeno social (CHIZZOTTI, 2005; RICHARDSON, 1999). Já a pesquisa quantitativa é aquela em que o pesquisador descreve ou explica algo através da análise de dados estatísticos, considerando a frequência de incidências (CHIZZOTTI, 2005).

O aspecto qualitativo do estudo está relacionado à interpretação dos dados obtidos por meio das narrativas dos cooperados e das observações da pesquisadora. Já aos dados quantitativos foram analisados a partir das informações estatísticas referentes à caracterização das cooperativas, assim como o perfil socioeconômico e profissional destas.

A primeira etapa da pesquisa correspondeu à seleção das cooperativas de acordo com os critérios estabelecidos. Para isso, foram feitas visitas às cinco cooperativas que existem na região da Grande Aracaju, sendo selecionadas apenas a COORES, a REVIRAVOLTA e a CATRE.

Seguiu-se então para a segunda etapa, momento de coleta dos dados secundários, feita através da pesquisa bibliográfica, tanto no formato físico como digital. A pesquisa bibliográfica corresponde ao levantamento de informações por meio de publicações já realizadas acerca do tema abordado e tem o objetivo de dar embasamento ao pesquisador na resolução do problema proposto (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Seguindo a lógica proposta pelos autores, foi levantado material referente ao objeto de pesquisa deste estudo, que embasou a construção do referencial bibliográfico e sustentou a análise do problema proposto.

A partir dos dados obtidos, discutiu-se o papel histórico do catador na coleta seletiva; o processo de organização dos catadores em cooperativas e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos catadores; além de apresentar políticas públicas voltadas para os catadores.

Já para a coleta dos dados primários, foram feitas observações diretas, compostas de nove visitas às cooperativas, sendo três delas feitas na REVIRAVOLTA, três na COORES e três na CATRE. As visitas foram importantes para a aquisição de informações a partir da observação da realidade estrutural na qual as cooperativas estavam inseridas. Foram feitos registros por meio de fotografias e anotações.

Ainda para coleta dos dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os cooperados. A entrevista semiestruturada serve para estabelecer diretrizes básicas a partir de teorias e hipóteses de interesse da pesquisa, sem engessar a coletada de dados, para que exista espaço para o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas do entrevistado (TRIVIÑOS, 2009).

As entrevistas foram realizadas a partir de dois roteiros, devidamente submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética da UFS. O primeiro roteiro, correspondente ao Apêndice 1, foi aplicado com os cooperados para coleta de informações socioeconômicas, perfil profissional e informações sobre a cooperativa. E o segundo roteiro, correspondente ao Apêndice 2, foi aplicado com os presidentes das cooperativas, para coleta de informações mais detalhadas sobre estrutura e funcionamento destas.

Para definir a amostra das entrevistas realizadas com os cooperados, foi adotada a técnica de amostragem “bola de neve”, que, de acordo com Biernacki; Waldorf, (p. 141, 1981 *apud* VINUTO, 2014), é utilizada para três tipos de população: “as que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos; e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador”.

Ainda sobre amostragem por “bola de neve”, Baldin e Munhoz (2011) a definem como técnica que seleciona a amostra de maneira não probabilística, utilizada em pesquisas sociais,

nas quais os participantes indicam outros participantes até o ponto em que as respostas comecem a se repetir, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

Dessa forma, foram realizadas um total de 19 entrevistas, sendo entrevistados 11 cooperados da REVIRAVOLTA (73,33%), 05 cooperados da COORES (45,45%) e 03 cooperados da CATRE (75%).

Ainda sobre a coleta dos dados primários, foi realizada pesquisa documental, por meio digital. A pesquisa documental é caracterizada como fonte originada de documentos, podendo ser escritos ou não (LAKATOS; MARCONI 2003). Assim, foi feito levantamento nas redes sociais e nos portais das cooperativas para complementar a caracterização das destas.

Como última etapa da pesquisa, foi feita a tabulação e análise dos dados. A tabulação e análise das questões fechadas dos roteiros de entrevistas foi feita no Microsoft Office Excel e representadas em forma de gráficos. Já para a tabulação e análise das questões abertas dos roteiros de entrevista, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, tomando como base o trabalho de Besen (2006), que embasou a definição das categorias de dificuldades conforme Quadro 3, permitindo, assim, analisar e entender as causas dos problemas identificados.

Quadro 3 – Categorias para análise de dificuldades

CATEGORIAS	CONCEITO
Organizacional	Dificuldades relativas a organização e infraestrutura.
Social	Dificuldades relativas ao ambiente social.
Econômica	Dificuldades relativas a questões econômicas.
Política	Dificuldades relativas ao ambiente política.

Fonte: BESEN, 2006.

A categorização das dificuldades permitiu conhecer a natureza dos problemas enfrentados pelas cooperativas da Grande Aracaju, entender suas causas e, a partir da análise e interpretação dos dados propor sugestões que auxiliem no desenvolvimento dessas cooperativas.

3. COOPERATIVAS DE CATADORES COMO POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL NA GRANDE ARACAJU

Para identificar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas da Grande Aracaju e, conseqüentemente analisá-las conforme sua natureza – podendo ser de natureza política, econômica, social ou operacional –, fez-se necessária a caracterização das cooperativas, e, a partir da descrição do perfil dos catadores cooperados na Grande Aracaju.

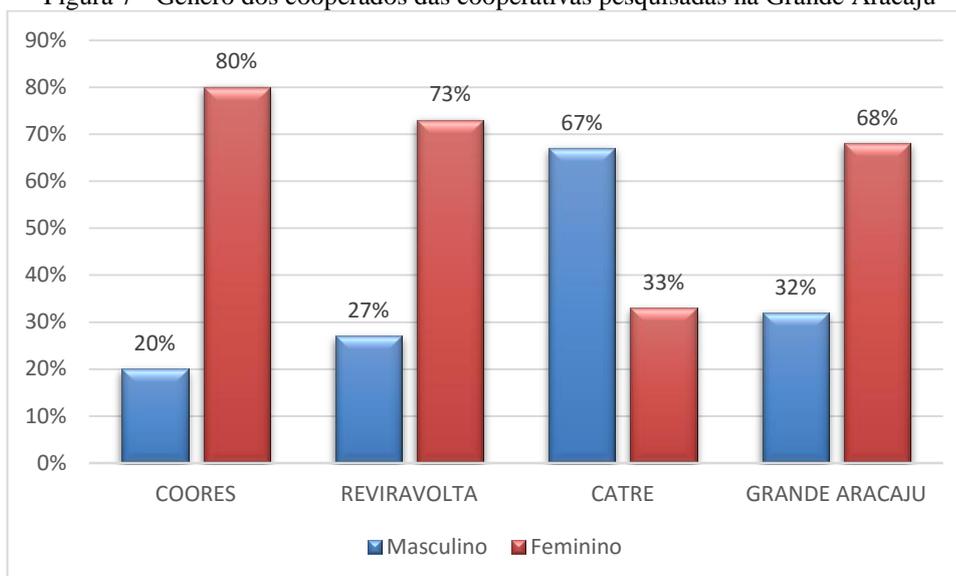
3.1 Caracterização das cooperativas

3.1.1 Perfil socioeconômico e profissional dos cooperados

A caracterização do perfil dos cooperados tem o objetivo de conhecer os catadores inseridos nas cooperativas para melhor entendimento das dificuldades enfrentadas. Para isso, foi feita uma análise comparativa entre o perfil dos cooperados de cada cooperativa, o que possibilitou traçar um perfil dos cooperados da Grande Aracaju.

A primeira característica a ser destacada é a predominância do sexo feminino entre os cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju: 68% dos cooperados são do sexo feminino e 32% do sexo masculino, conforme demonstrado na Figura 7. Essa predominância difere do padrão de composição do Nordeste, que é de 65,9% de homens e apenas 34,1% de mulheres (IPEA, 2013).

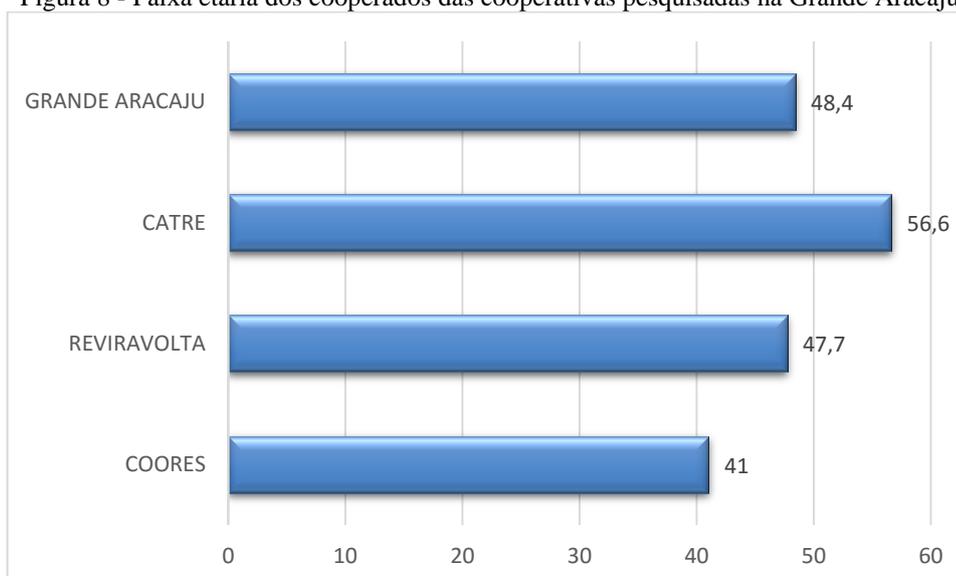
Figura 7 - Gênero dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

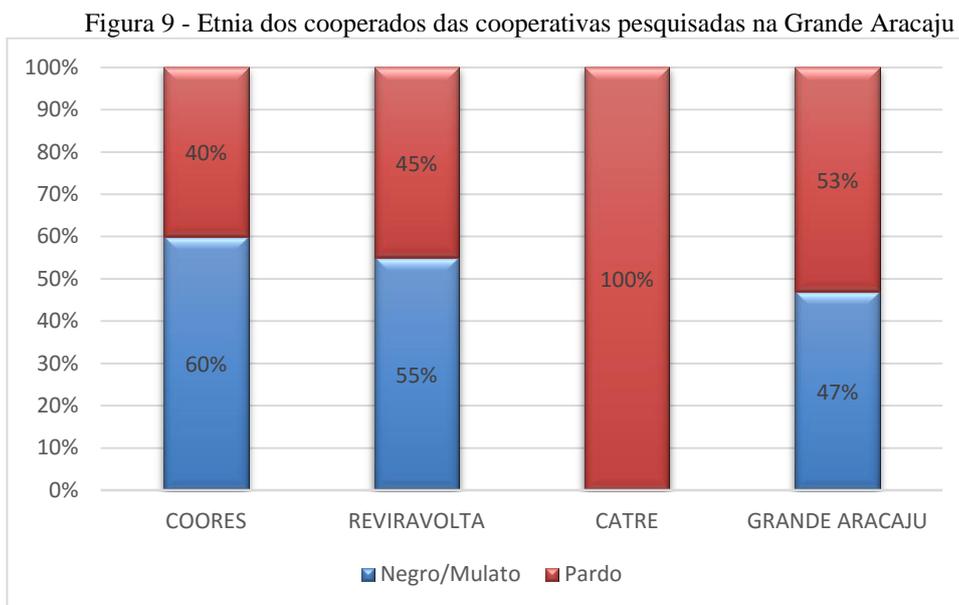
A faixa etária dos entrevistados, como mostra a Figura 8, é outro aspecto que difere dos catadores nordestinos: na Grande Aracaju, os cooperados entrevistados possuem uma média 48,4 anos; enquanto, no Nordeste, a média é de 38,3 anos (IPEA, 2013). A média alta de idade pode ser destacada como um ponto negativo para as cooperativas, pois a atividade ali exercida exige bastante esforço físico.

Figura 8 - Faixa etária dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

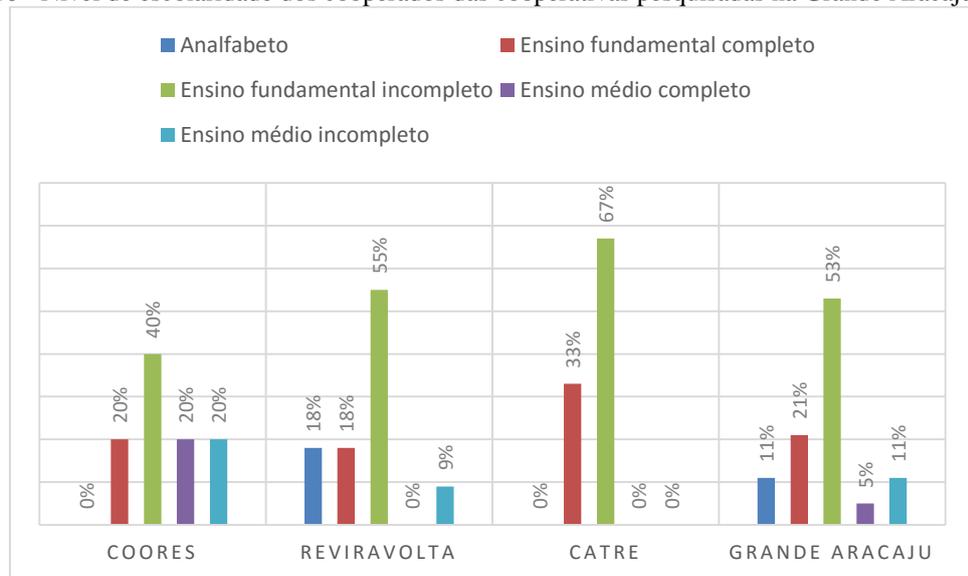
Sobre a etnia, a composição se dá conforme a Figura 9, sendo a predominância de pardos (53%) e negros (47%). Não houve autodeclaração de catador como branco, sendo, pois, semelhante à formação étnica dos catadores Nordeste, que é de 78,5% de negros e pardos (IPEA, 2013).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre o nível de escolaridade, o perfil dos cooperados da Grande Aracaju possui nível de escolaridade bastante baixo, sendo, dos entrevistados, 11% analfabetos, 53% com o ensino fundamental incompleto, 21% com ensino fundamental completo, 11% com ensino médio incompleto e apenas 5% com ensino médio completo (Figura 10).

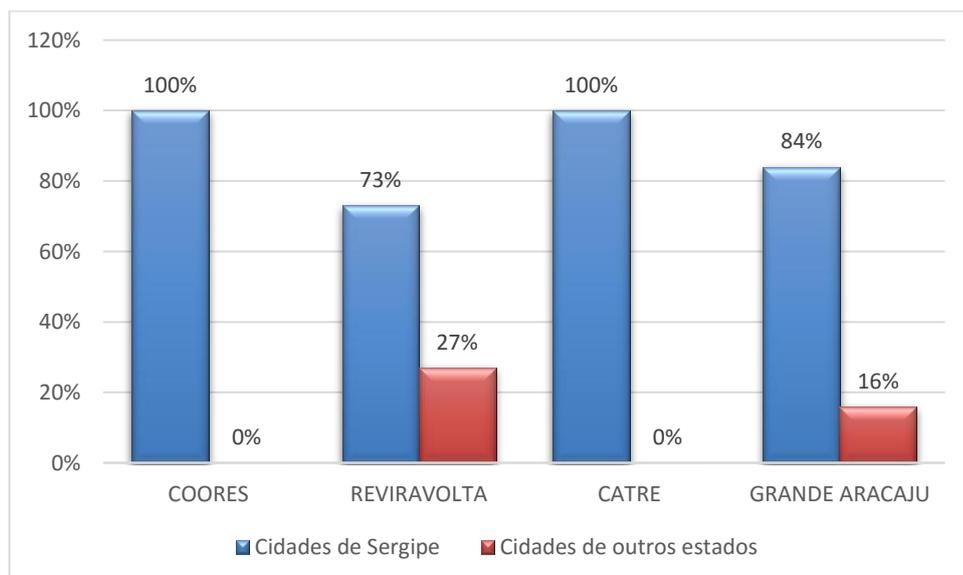
Figura 10 - Nível de escolaridade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No que concerne à origem dos entrevistados, destaca-se o predomínio de catadores com naturalidade de cidades sergipanas, como mostra a Figura 11, sendo a COORES e a CATRE formadas em sua totalidade por sergipanos, e a REVIRAVOLTA formada por 73% de sergipanos e 27% por alagoanos.

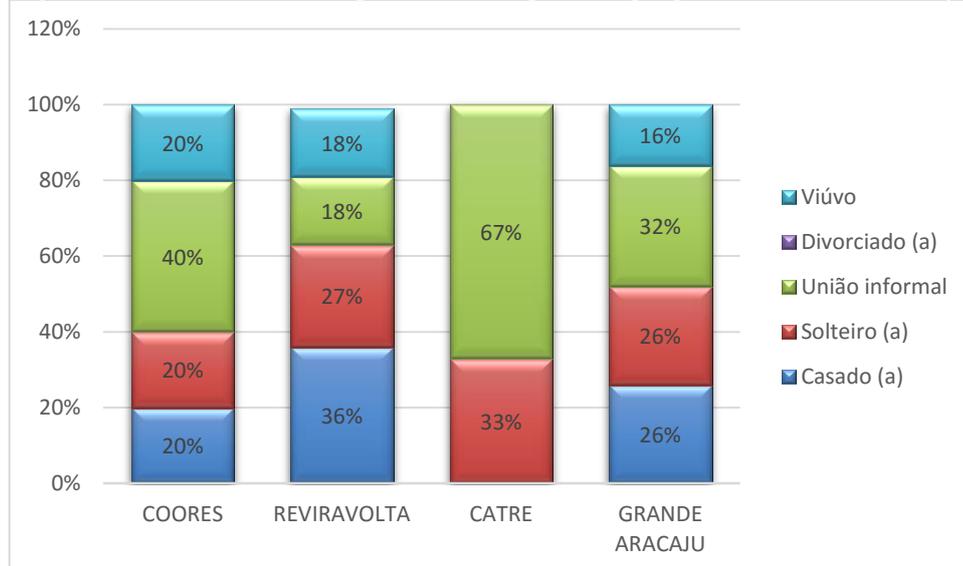
Figura 11 - Origem dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ao serem questionados sobre o estado civil (Figura 12), observa-se que apenas 26% dos entrevistados são solteiros, enquanto 74% já estiveram ou estão em uma relação conjugal formal (casados, união estável ou divorciados). E, sobre a existência de filhos, 100% dos cooperados possuem filhos, com uma média de 04 filhos por catador.

Figura 12 - Estado civil dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju

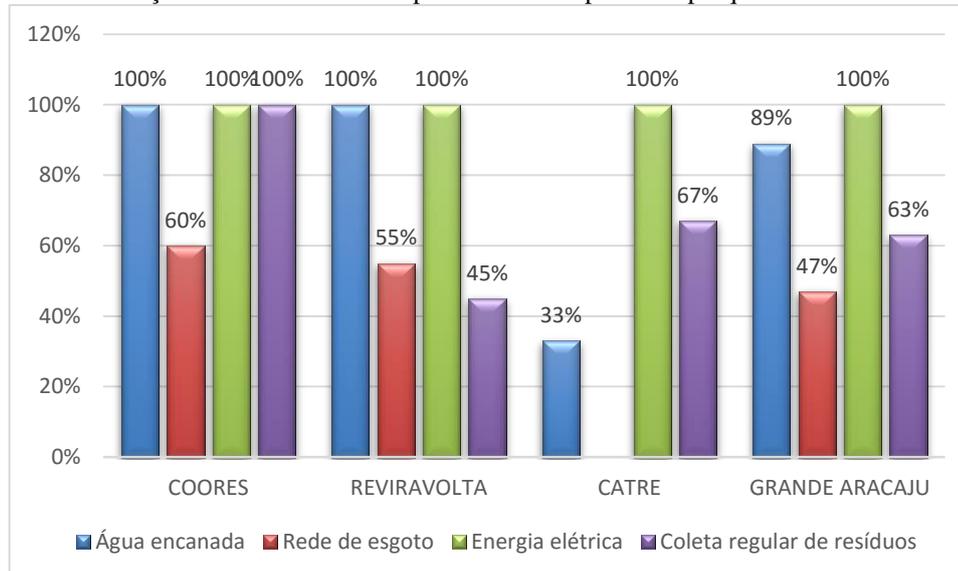


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre as condições de moradia, foi observado que três dos quatro serviços básicos a serem oferecidos para população não são disponibilizados para todos os entrevistados, como demonstra a Figura 13, sendo que 53% dos domicílios não possuem rede de esgoto disponível, 37% não têm acesso a coleta regular de resíduos e 11% ainda não possuem água encanada. Essa precariedade demonstra a exclusão social sofrida por esses catadores, que não têm acesso a serviços públicos básicos, cuja ausência ou deficiência afeta diretamente a saúde das pessoas.

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), o número de catadores que vivem em condições precárias e de exclusão social é expressivo e crescente, são pessoas que vivem sem acesso aos serviços básicos inerentes à moradia, como é o caso dos entrevistados.

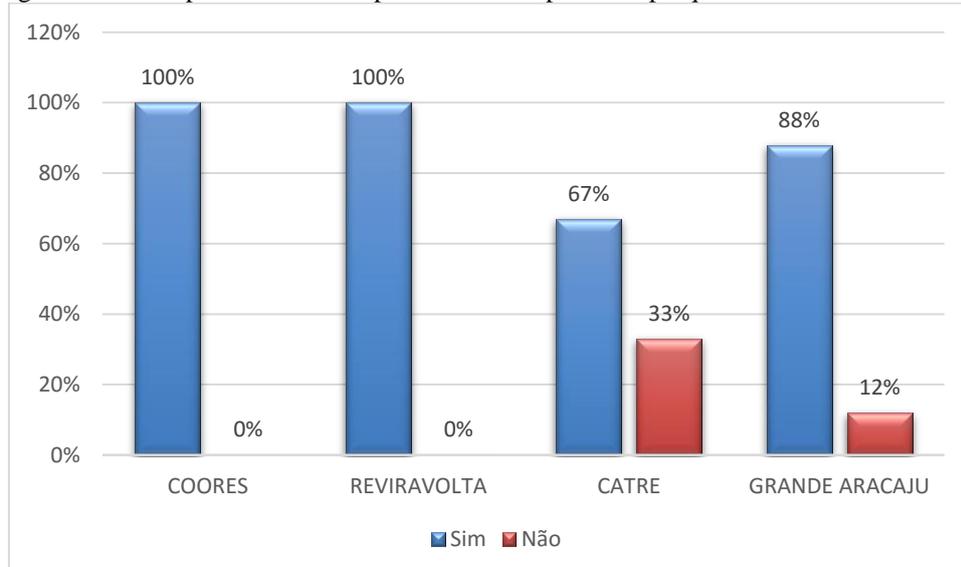
Figura 13 - Condições de moradia dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Para conseguir o sustento da família e garantir a sua sobrevivência, 88% dos cooperados informaram ter como principal renda a advinda da cooperativa conforme ilustra a Figura 14. Esse dado demonstra o grau de importância que o desenvolvimento das cooperativas possui para a sobrevivência desses catadores.

Figura 14 - Principal renda dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju

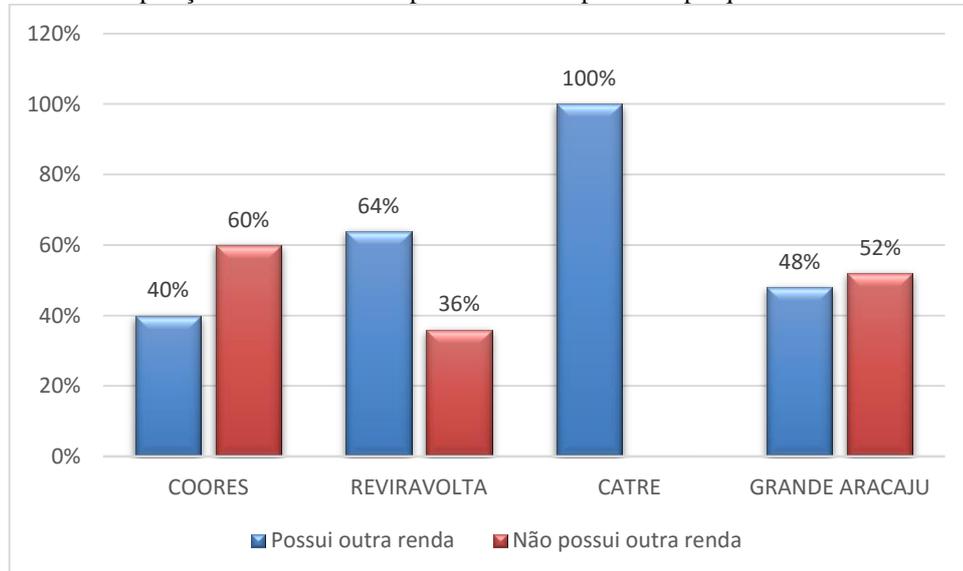


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No entanto, mesmo que o ganho oriundo das cooperativas seja a principal renda da maioria dos cooperados, 56% dos entrevistados responderam não depender exclusivamente da cooperativa (Figura 17) para viver, pois 40% deles recebem auxílio do Programa Federal Bolsa-família e 60% complementam a renda através da realização de atividades de caráter autônomo, como diarista, vigilante, pescador e auxiliar de pedreiro.

Já os outros 48% (Figura 15) responderam depender exclusivamente do trabalho da cooperativa para garantir o seu sustento. Ademais, independentemente da origem da renda, 100% dos cooperados responderam que a renda mensal estava entre meio salário mínimo e um salário mínimo.

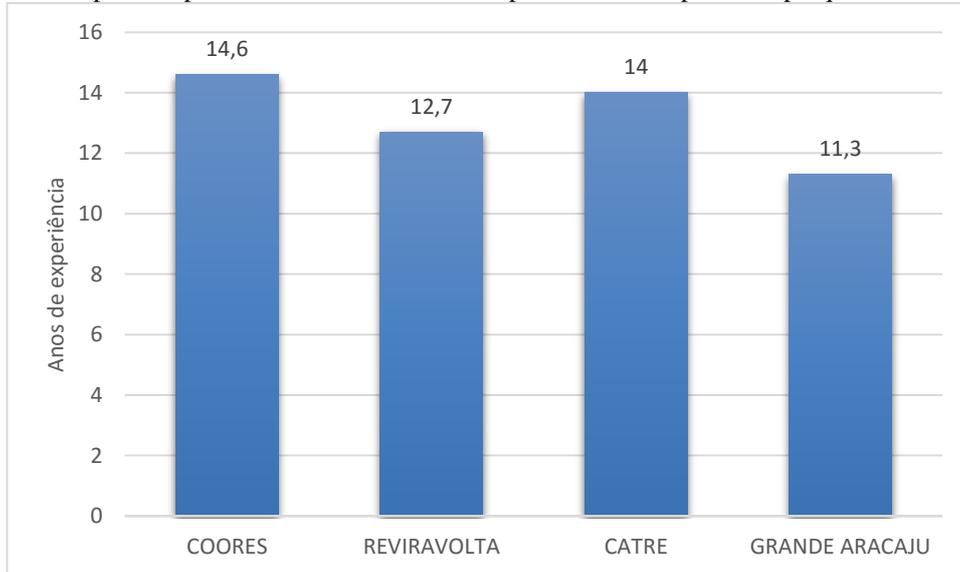
Figura 15 - Composição de renda dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

No tocante ao perfil profissional, os entrevistados são considerados como catadores experientes, com média de permanência na atividade acima de 10 anos (Figura 16), sendo que os catadores da COORES e os da CATRE são considerados os que possui maior tempo de atividade.

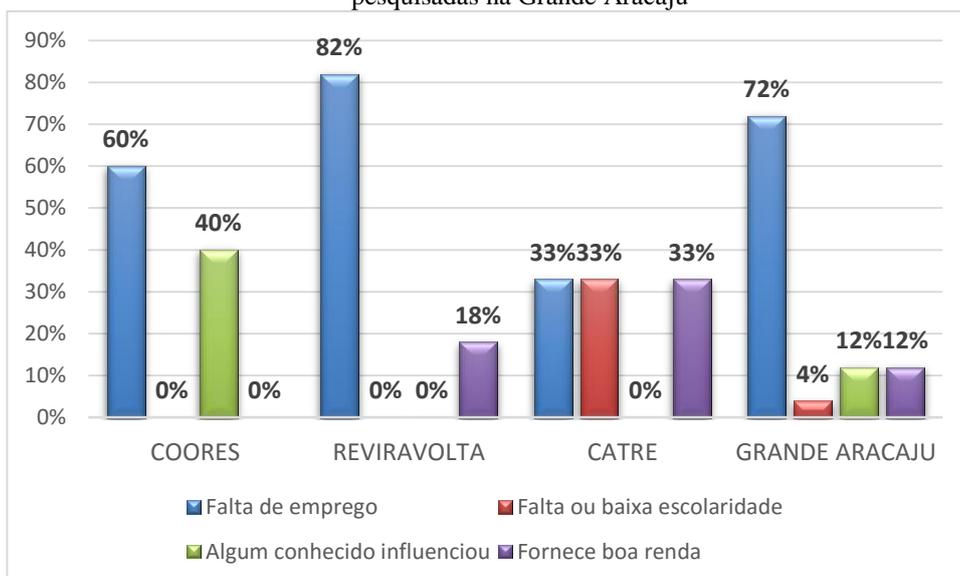
Figura 16 - Tempo de experiência na atividade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre ingresso dos entrevistados na atividade, 72% responderam que foram estimulados em virtude da falta de emprego, este que, de maneira geral, foi o principal motivo. Medeiros e Macedo (2006, p. 64) questionam “se seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham o trabalho de catador e material reciclável”.

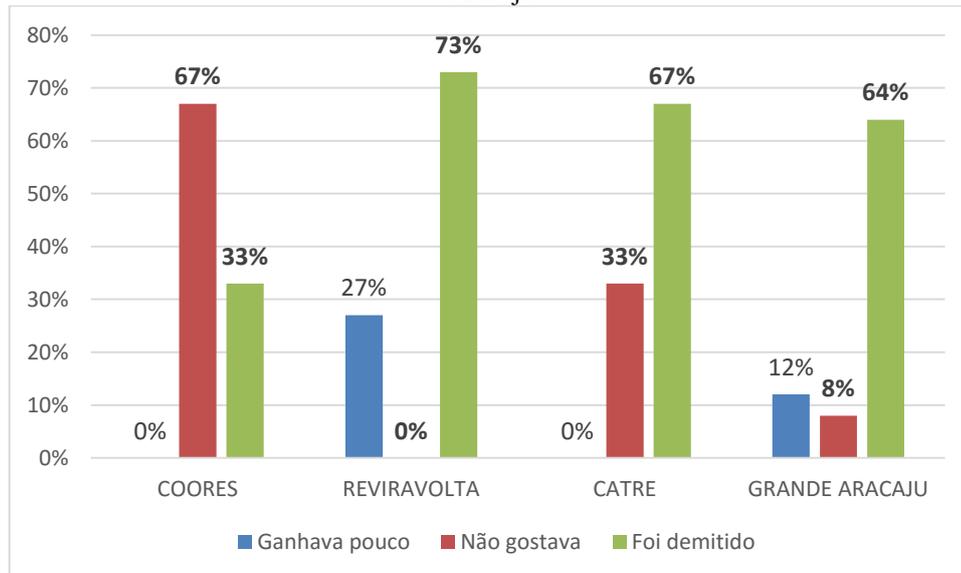
Figura 17 - Principais motivações que estimularam o ingresso na atividade dos cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Apesar da experiência na atividade, 80% dos cooperados pesquisados responderam já ter trabalhado em outra ocupação, no entanto 64% destes informaram ter deixado o antigo trabalho por motivo de demissão, enquanto apenas 12% informaram ter deixado por ganhar pouco e 8% porque não gostavam do trabalho (Figura 18).

Figura 18 - Motivo de mudança de ocupação para os cooperados das cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Sobre o motivo dos cooperados para se inserirem em cooperativas, foi apontada como motivo, para 49% dos entrevistados, a influência de conhecidos; para 26%, a necessidade de aumento da renda; para 22%, a melhoraria das condições de trabalho; e apenas 3% informaram que foram motivados por se sentirem parte de um grupo (Figura 19).

Observou-se, nas entrevistas, que parte dos catadores teve o conhecimento e a possibilidade de exercer a atividade em cooperativas através de colegas com quem conviviam nos lixões, mas efetivamente foram convencidos a se inserirem pela possibilidade de aumento na renda e melhoria de condições de trabalho, como mostram os depoimentos a seguir.

Trabalhando no lixão a dificuldade era as condições de trabalho, porque ficava no sol quente, no lixo de todo tipo. Agora, com a cooperativa, o problema é as pessoa entenderem o nosso trabalho pra separar melhor o lixo (C18, 2017).

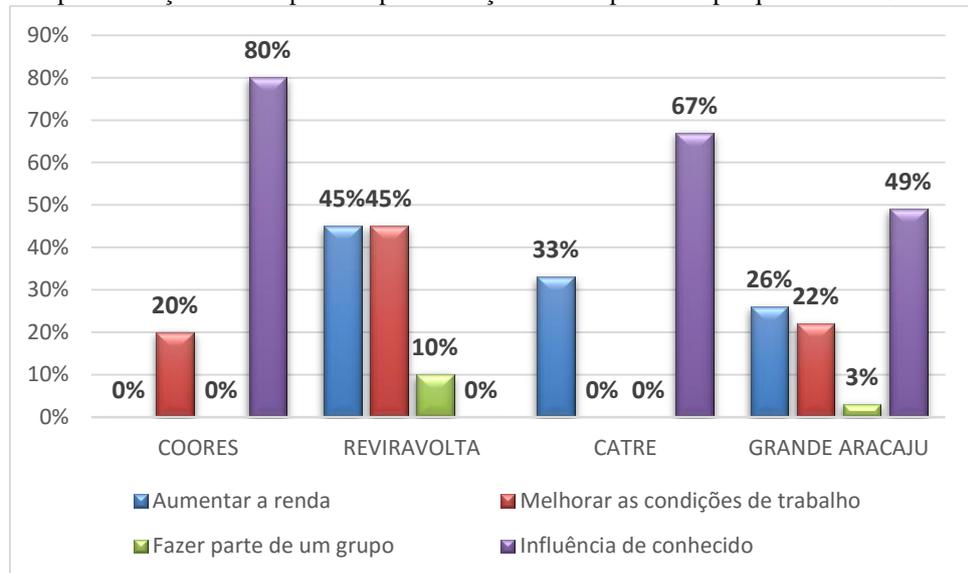
A falta de segurança de trabalhar no lixão (C4, 2017).

A gente ficava exposta no sol quente, poeira, fumaça. Tudo. Porque, bem dizer, condições de trabalho não tinha nenhum. Era chuva, sol, lama. (C1, 2017)

Aqui, na cooperativa, a gente tem mais segurança, porque não corre o risco de se cortar, que usa luva, bota, farda. Quando eu ganhei minha farda, no primeiro dia, saí daqui até em casa vestida, pra mostrar a meu marido e a meus filhos, porque não era mais a sujinha né? Agora eu tinha farda e tudo. Eu tava com maior orgulho da minha farda. Desvantagem não tem, só às vezes quando ganha pouco porque não consegue pegar muito material. (C2, 2017).

Esses fatores são reafirmados por Miura (2006, p. 69), quando diz que “a organização em cooperativas possibilita uma condição de trabalho mais favorável, com estrutura física mais adequada e oportunidades de ganho maiores, tanto na perspectiva material como social”.

Figura 19 - Motivo para inserção dos cooperados para inserção nas cooperativas pesquisadas na Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campos, 2017.

Outro ponto a ser destacado é o período médio de permanência dos cooperados nas cooperativas – de 04 anos –, que se aproxima do tempo médio de existência das cooperativas –de 5,6 anos –, considerando que a COORES existe há quatro anos e o tempo de permanência médio dos cooperados é de 3,4 anos; a REVIRAVOLTA existe há cinco anos e o tempo médio de permanência dos cooperados é de 4,5 anos; e a CATRE existe há sete anos, mesmo tempo de permanência dos cooperados.

Ao narrar à origem das cooperativas, 100% dos presidentes sinalizaram que, no início, o número de cooperados era muito maior do que o atual, as cooperativas possuíam, em média, em torno de mais de cem cooperados; no entanto, com a falta de renda muitos saíram.

Mas o que deve chamar atenção é que os cooperados que ainda permanecem nas cooperativas, independente das dificuldades, são catadores que possuem relação de longa

data. Eles, em geral, são um grupo de amigos ou familiares, como mostra depoimento do Catador 5:

Com a cooperativa, a gente trabalha com amigos, tá todo mundo com os mesmo problema e isso deixa a gente mais forte. A desvantagem é que, às vezes, a gente ganha menos porque, quando se cata só você, consegue mais material mais caro, como é a latinha, e você não divide com ninguém, mas na cooperativa a gente precisa juntar muito papelão e muita PET para ganhar alguma coisa e as vezes nem dá (C5, 2017).

De acordo com Matos, Maia e Maciel (2012, p. 242), nesses casos, o acontece é que “uma busca de identidade social se encontra relacionada com o conhecimento de sua filiação a certos grupos sociais e com a significação emocional e valorativa que resulta dessa filiação”.

No contexto da análise do perfil dos cooperados das cooperativas na Grande Aracaju, evidencia-se que o perfil do catador das cooperativas pesquisadas caracteriza-se como um grupo feminino, de etnia parda, de origem sergipana, com idade avançada e baixa escolaridade, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho, desempregado e com estrutura familiar formada, fator que exige maior estabilidade financeira e segurança de trabalho.

Para além das características citadas, trata-se de pessoas que se inseriram em cooperativas de catadores em busca de suplantar as dificuldades oriundas de suas condições sociais, encontrar a estabilidade necessária para sustentar suas famílias, conseguir melhores condições de trabalho, e, ultrapassando as questões materiais, buscaram, através da inserção em um grupo, alcançar um sentimento maior de pertencimento social.

3.1.2 Perfil organizacional das cooperativas

O perfil organizacional das cooperativas diz respeito à caracterização de cada cooperativa quanto à infraestrutura disponível, à forma de gestão, aos recursos financeiros e à comercialização do material quanto ao tipo de apoio é recebido.

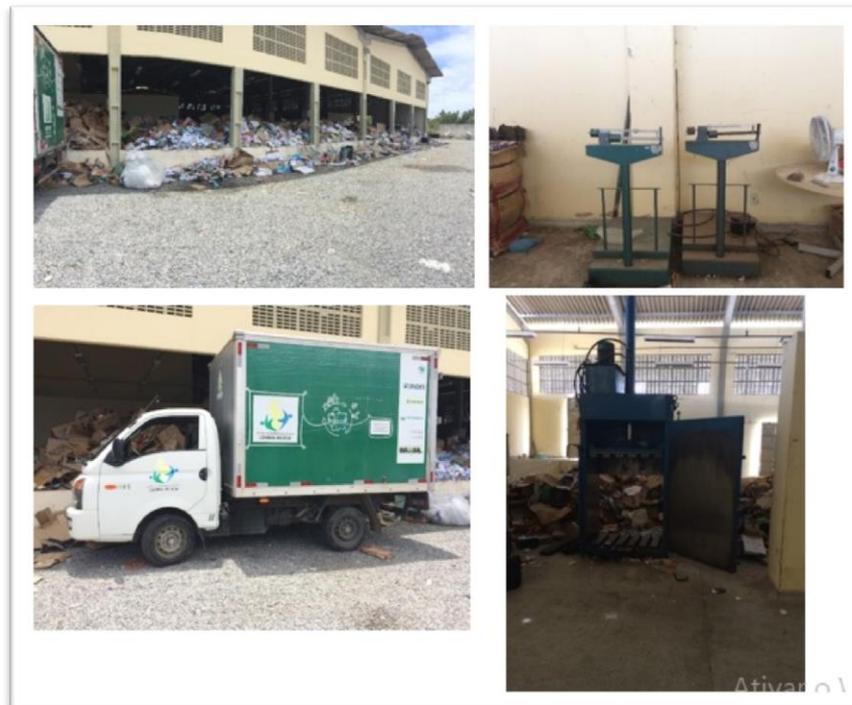
Para realizar a atividade, as cooperativas necessitam de infraestrutura básica, composta por caminhão, para realizar a coleta do material; espaço, para armazenar o material e realizar a triagem; e equipamentos, como mesa de triagem, balança e elevador para auxiliar no manuseio dos fardos de material.

No entanto, nem todas as cooperativas pesquisadas da Grande Aracaju possuem a infraestrutura mínima, 100% possuem caminhão para coleta e 75% possuem espaço e equipamentos, enquanto 25% não dispõem de espaço e nem de equipamentos.

A COORES possui como infraestrutura (Figura 20) um galpão bastante espaçoso, com aproximadamente 500m², cedido pela prefeitura para que eles possam executar a atividade de triagem; e o caminhão, cedido pela EMSURB, através da Central Recicle, para realizar a coleta de material. No entanto, todas as despesas relativas a manutenção, gasolina e motorista são de responsabilidade da cooperativa.

Para realizar o acondicionamento, a COORES possui como equipamentos duas balanças e uma prensa, cuja manutenção é realizada, assim como foi a aquisição, com recurso próprio. Vale registrar que a cooperativa não possui esteira de triagem.

Figura 20- Infraestrutura da cooperativa COORES



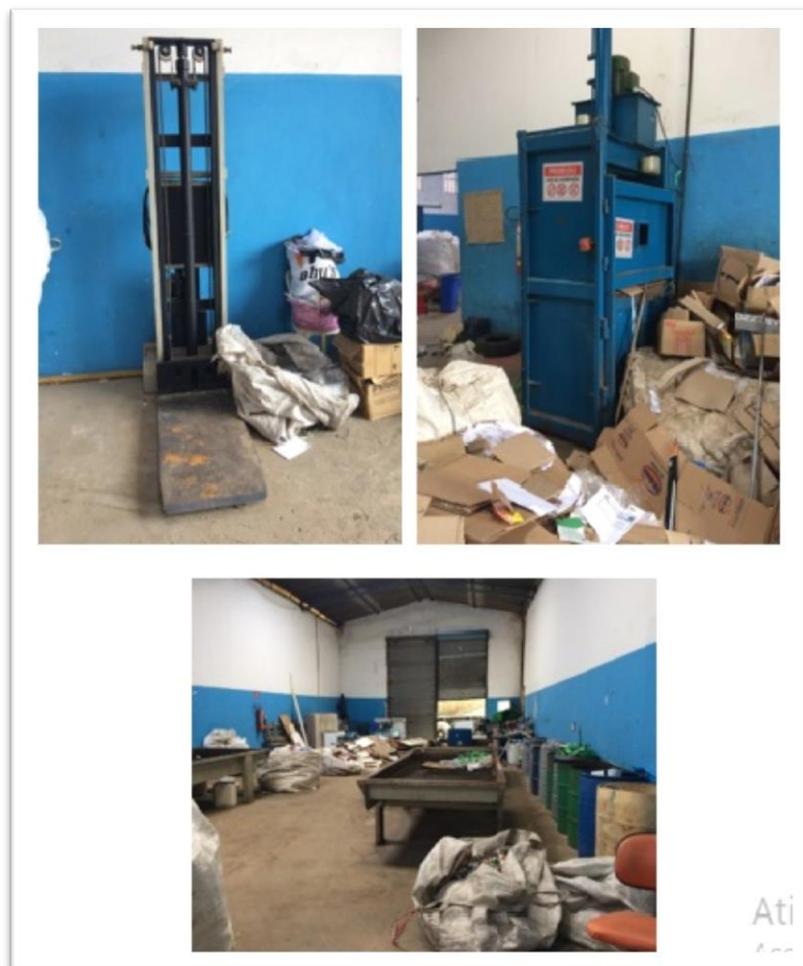
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A infraestrutura da REVIRAVOLTA (Figura 20) corresponde a um amplo galpão, dividido em três ambientes: local de recebimento de material, espaço de triagem e espaço administrativo e de convivência entre os cooperados. O galpão é alugado e o pagamento é subsidiado pelo Ministério Público.

Para fazer o transporte do material coletado, a cooperativa conta com um caminhão cedido pela prefeitura, a qual arca com as despesas de pagamento de motorista e de manutenção do caminhão. Já a gasolina fica de responsabilidade da cooperativa.

Para fazer o acondicionamento dos materiais, a cooperativa conta com os equipamentos, como: uma balança, três mesas de triagem, uma prensa e um elevador, que ajuda na colocação do material prensado no caminhão (Figura 21).

Figura 21 - Infraestrutura da cooperativa REVIRAVOLTA



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Já a CATRE não possui nenhuma estrutura para realização das suas atividades, o espaço para acondicionamento do material é em frente à casa de um dos cooperados, com apenas uma tenda improvisada, de palha, para proteger parte do material da chuva (Figura 22).

É nesse espaço que é feita a triagem do material. Não há equipamentos para auxiliar nas atividades, como balança, prensa ou mesa de triagem. Existe apenas um caminhão, exposto na Figura 23, o qual foi cedido pela prefeitura para realizar a coleta apenas às terças, pela manhã. A falta de estrutura é o maior problema da cooperativa, pois não oferece o mínimo de condições de trabalho e impossibilita que as atividades sejam feitas com maior regularidade.

Figura 22 - Infraestrutura da cooperativa CATRE



Fonte: Autora, 2017.

Com as infraestruturas descritas, as cooperativas realizam a coleta nos seguintes locais: em empresas privadas (comércio e fábricas) e órgãos públicos; nas ruas, quando encontram material de fácil acesso; e em domicílios, quando solicitado por contato telefônico.

As cooperativas da Grande Aracaju coletam aproximadamente 545 quilos de material por dia. Dentre os materiais coletados pelas três cooperativas, pode-se citar: alumínio, cobre, papelão, papel branco, plástico duro, plástico mole, PET e sucata. Todas indicaram não

coletar vidro, pela falta de empresas de reciclagem ou atravessadores para comercializar o material.

Vale ressaltar que, apesar de informarem receber solicitações para coleta por telefone, duas das cooperativas pesquisadas informaram não fazer nenhum trabalho de divulgação. Já a REVIRAVOLTA divulga seu trabalho através da rádio da cidade, de visitas a escolas e da parceria com a empresa de coleta regular TORRE, que auxilia na divulgação. O trabalho é feito a partir de um plano de divulgação construído com auxílio da ONG ECOAR.

Sobre a comercialização de material recolhido, apenas a COORES e a REVIRAVOLTA comercializam uma parte do material com uma empresa de reciclagem da Bahia e de Itaporanga D’Ajuda/SE, respectivamente, sendo o restante comercializado com atravessador.

Já a CATRE comercializa todo o material com atravessador, o que faz com que o material acabe perdendo valor de mercado, conforme apontado pelo presidente da cooperativa: “Pra você ter noção, lá fora a fábrica compra o papelão por R\$ 0,75 e aqui a gente vende por R\$ 0,30” (PRESIDENTE DA CATRE, 2017).

No que concerne à gestão das cooperativas pesquisadas (Quadro 04), foram levantados os seguintes aspectos: normatização das cooperativas, ou seja, se possuem estatuto ou se realizam eleição para presidente; forma de divisão de trabalho e divisão de pagamento; aspectos sobre segurança.

Quadro 4 – Aspectos sobre a gestão das cooperativas na Grande Aracaju

Cooperativa	Estatuto Normativo	Eleições para Presidente	Divisão de Trabalho	Divisão de Pagamento	Equipamento de Segurança
COORES	Possui	Realiza a cada 04 anos	Democrática	Democrática	Disponibiliza
REVIRAVOLTA	Possui	Realiza a cada 04 anos	Democrática	Democrática	Disponibiliza
CATRE	Possui	Não realiza	Não democrática	Não democrática	Disponibiliza

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A COORES está organizada como uma cooperativa e seu normativo, que estabelece diretrizes sobre sua gestão, foi criado com o auxílio do Ministério Público no momento de

criação da cooperativa, além de haver atas que registram a entrada e a saída dos cooperados. Já para as reuniões realizadas para discutir qualquer que seja o assunto, não há registro de ata, pois os cooperados apenas se reúnem com esse fim.

Na REVIRAVOLTA, a normatização também é através de estatuto criado no momento da fundação da cooperativa, criação que contou com auxílio e orientação do Ministério Público da cidade de Nossa Senhora do Socorro. A CATRE também possui estatuto criado no momento de fundação da cooperativa, com o apoio da prefeitura de Barra dos Coqueiros.

Todas as cooperativas informaram realizar eleições para mudança de presidente, sendo o tempo médio de permanência na presidência das cooperativas da Grande Aracaju de 04 anos. No entanto, observa-se que a CATRE está com o mesmo presidente desde a fundação da cooperativa, há 07 anos.

Outro ponto abordado para verificação da gestão foi sobre a forma de divisão do trabalho e divisão de pagamento. Para organizar a divisão do trabalho da COORES, toda manhã os catadores se reúnem e estabelecem uma equipe de três pessoas para que saiam para realizar a coleta, enquanto o restante fica para desempenhar as outras funções. O trabalho é realizado das 07h às 16h, com uma hora para almoço.

No entanto, há cerca de um mês, a cooperativa começou a fazer coleta também no período da noite, das 19h30 às 20h30, pois não estavam coletando material suficiente para manter a cooperativa, o que acaba totalizando uma carga horária de trabalho de nove horas por dia para cada cooperado. Dessa forma, além da coleta diurna, é escalada uma equipe de três pessoas para fazer a coleta da noite.

Sobre a divisão do pagamento, entre os cooperados da COORES, é feita a cada quinze dias após a venda do material. Primeiro, é feito o pagamento referente às despesas com o caminhão e depois é realizada a divisão entre os cooperados (C18, 2017).

A presidente da REVIRAVOLTA indicou que a divisão do trabalho é sempre democrática. Em geral, as mulheres ficam na mesa de triagem e os homens vão para a prensa, por ser um trabalho que exige maior força, já a coleta é realizada tanto por homens quanto por mulheres. A presidente colocou que sempre se tenta chegar a um consenso. “A gente conversa e diz que aqui é trabalho pra todo mundo e, se não for, toma suspensão” (C1, 2017).

O trabalho é dividido entre os 15 cooperados, que realizam as atividades de coleta, triagem, pesagem e prensa do material. Para divisão do trabalho, é feita escala no início de cada dia de trabalho, sendo a carga horária pré-estabelecida das 08h às 16h, com uma hora de almoço, o que totaliza uma carga horária diária de sete horas.

Os entrevistados apontaram que não só a divisão do trabalho é feita de maneira democrática, mas tudo o que diz respeito à cooperativa. Quando é necessário tomar alguma decisão, de qualquer natureza, são realizadas reuniões com todos para se chegar a um consenso, como aponta o C8:

A gente faz a reunião e todo mundo dá ideia pra resolver o problema e aí a melhor ideia, o que a maioria acha melhor. A gente gosta que as pessoas falem o que acham. Tem que tá todo mundo envolvido nesse processo. A reunião é feita com todos, a gente recolhe a assinatura de todos (C8, 2017).

A divisão do pagamento também é feita de forma igualitária. Primeiro são pagas todas as despesas, reservam-se 5% do restante e o que sobrar, depois, é dividido entre os cooperados em partes iguais.

Já na CATRE o trabalho é dividido entre os três cooperados: C23 e C24 fazem a coleta conforme disponibilidade do caminhão, toda terça pela manhã; e, na parte da tarde, é feita a triagem, por C24 e C25. Nesse sentido, C23 reforça “Por exemplo, eu vou pra rua, mas separação não é mais comigo. Sempre foi assim, quem colhe não separa. C24 e C25 separam o material e mandam pra vender” (C23,2017).

Após a venda, o pagamento é dividido apenas entre C23 e C24, pois C25 é esposa de um deles e os cooperados não entendem que ela deva receber pagamento. “Aqui é assim... Se chega aqui cem reais, eu fico com cinquenta e ele com cinquenta. (...) Divide entre nós dois.” (C23,2017). Além da divisão desigual de pagamento, os cooperados também informaram que a decisão sobre as questões da cooperativa fica a cargo de dois catadores, e o catador C24 divide sua parte com a esposa. “Em geral é entre nós dois” (C23, 2017).

Acerca da segurança dos cooperados, 100% das cooperativas informaram utilizar equipamentos de segurança (farda, luvas e máscara). No entanto, 75% das cooperativas pesquisadas tiveram casos de três acidentes de trabalho. Dentre os acidentes ocorridos, dois deles aconteceram no momento de coleta e triagem, causados pela falta de conhecimento sobre manuseio do material. O outro acidente aconteceu no percurso do trabalho para casa, ocasionado por uma fatalidade.

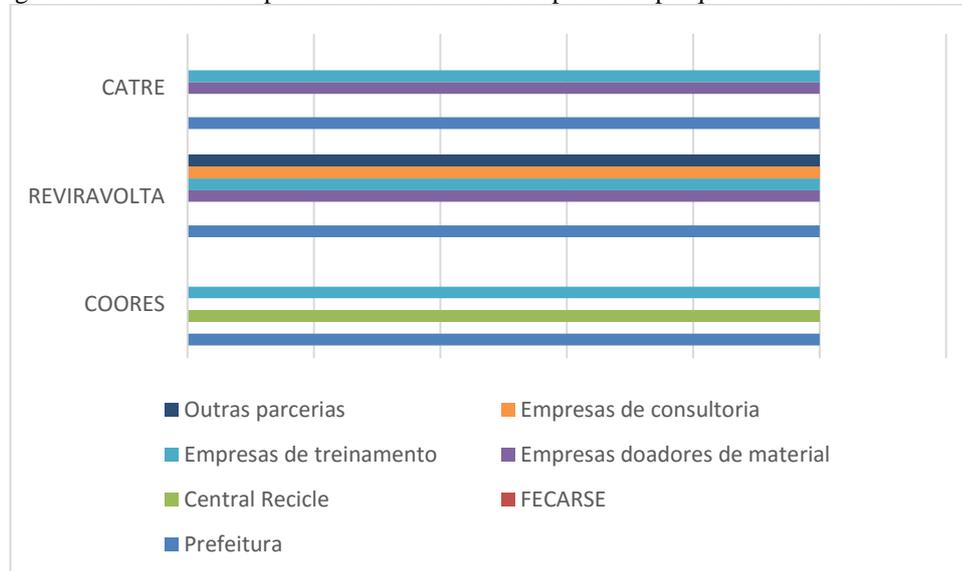
São citados, em geral, poucos acidentes de trabalho pelos cooperados, porque a maioria dos cooperados não consideram cortes, perfurações e escoriações como acidentes, que são, para eles, apenas situações graves as quais os impeçam de trabalhar (PORTO *et al*, 2004).

Sobre a realização de treinamentos com os cooperados, 84% dos cooperados pesquisados informaram já ter feito pelo menos um treinamento e 16% informaram não ter participado de nenhum treinamento.

Os cooperados da COORES e da CATRE receberam treinamento pelo Instituto G Barbosa, sendo os temas abordados informática e cooperativismo. Já os cooperados da REVIRAVOLTA receberam treinamentos de informática, sobre cooperativismo e sobre logística reversa, oferecidos pela Universidade Tiradentes (UNIT), ESTRE, Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), respectivamente.

Nesse sentido, destaca-se que, para realizar o seu trabalho, as cooperativas necessitam do apoio de parceiros de diversas naturezas, sejam eles empresas privadas, instituições do terceiro setor ou o poder público (governo do estado e prefeituras), conforme exposto na Figura 23.

Figura 23 - Natureza das parcerias oferecidas às cooperativas pesquisadas da Grande Aracaju



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A rede de apoio da COORES é formada pela prefeitura, que disponibiliza o galpão e o caminhão para que a cooperativa possa realizar a coleta, a triagem e o acondicionamento de todo o material. “A única parceria que existe com a prefeitura é através da EMSURB, que cede o caminhão” (C18, 2017).

O apoio oferecido pela prefeitura de Aracaju à COORES se dá mediante intermediação da Central Recycle⁵, que, juntamente à prefeitura, conseguiu a concessão do caminhão para a cooperativa (ARACAJU, 2017).

No entanto, os cooperados reforçaram a necessidade de apoio da prefeitura para o pagamento das despesas com o transporte do material. “A gente gasta todo mês três mil reais com gasolina e pagamento dos motoristas. Se tivessem ajuda da prefeitura para pagar essas despesas, como fazem com outra cooperativa de Aracaju, seria muito bom” (C18, 2017).

A COORES ainda sinalizou a dificuldade de parceria com empresas para doação de material, o que traz como consequência a necessidade de realizar a coleta seletiva no centro da cidade no período noturno.

A rede de apoio da REVIRAVOLTA possui uma quantidade satisfatória de parceiros que contribuem para o desenvolvimento da cooperativa de diversas formas: através de treinamentos, apoio financeiro, apoio na infraestrutura, para/na divulgação, além de doação de material.

Entre os diversos parceiros, estão a UNIT, que oferece treinamentos e doa material; a ESTRE, que oferece consultoria técnica sobre acondicionamento dos resíduos; a SEMARH, que oferta cursos através do SEBRAE; a ONG ECOAR, que ajuda no plano de divulgação da cooperativa; além dos doadores de material, como o Serviço Social do Comércio (SESC).

Com o objetivo de aumentar o poder de comercialização do material coletado com as empresas de reciclagem, os cooperados da REVIRAVOLTA sinalizaram o interesse de formar uma rede de cooperativas. No entanto, ao sinalizarem o interesse de formar essa rede, os cooperados demonstram não ter conhecimento da existência da Central Recycle, rede que tem o mesmo objetivo indicado pela cooperativa.

As parcerias firmadas com a CATRE incluem a prefeitura de Barra dos Coqueiros, que auxilia a cooperativa ofertando o transporte para a coleta uma vez por semana; parcerias para doação de material, pelo supermercado Boa Vista, localizado na cidade, e pelos condomínios DAMA e Orion, também localizados em Barra dos Coqueiros.

⁵ A Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Estado de Sergipe – Central Recycle foi criada em 06 de outubro de 2011, com a finalidade de representar seus singulares, na busca por parcerias público e privadas que favoreçam o beneficiamento de seus empreendimentos através de capacitações, assistência administrativa, jurídica, contábil e logística, amparando seus sócios para a comercialização conjunta e justa do material reciclável em busca do maior volume negociado e proporcionalmente do maior valor (CENTRAL RECYCLE, 2017).

Ainda sobre as parcerias da CATRE, destaca-se que a Central Recicle deu auxílio com a intermediação entre a cooperativa e o Instituto GBarbosa, para participação dos catadores no treinamento oferecido pelo referido instituto. De acordo com o presidente, a organização não possui nenhuma parceira que forneça qualquer tipo de ajuda financeira.

Dessa forma, o que se pode concluir sobre as parcerias oferecidas às cooperativas é que o apoio oferecido pelas empresas privadas é predominantemente, através da doação de material. Já o apoio oferecido pelas prefeituras é baseado na cessão de espaço ou caminhão para as cooperativas, sendo que cada prefeitura oferece apoio em diferentes proporções.

Quanto ao apoio de organizações não governamentais, observa-se a predominância da Central Recicle, que faz intermediação entre prefeituras e cooperativas. No entanto, não foi observada articulação entre empresas de reciclagem e cooperativas com o objetivo que a instituição se propõe a atender.

Para além dos pontos já apresentados, ao concluir as entrevistas, os cooperados foram questionados sobre a maior dificuldade da sua respectiva cooperativa. Nessa discussão, os cooperados da COORES foram unânimes ao enfatizarem que as principais dificuldades estão na falta de transporte para coletar os materiais recicláveis e reutilizáveis e no excesso de despesas envolvidas no transporte do material.

Ainda sobre as dificuldades, dos cooperados entrevistados da REVIRAVOLTA, 55% informaram que a falta de conscientização da população para separação do material adequado para reciclagem é um grande problema e 45% indicaram como principal dificuldade não ter independência em relação ao transporte do material, uma vez que, por ser da prefeitura, eles não conseguem fazer coleta.

Por fim, 100% dos cooperados da CATRE afirmam que o maior problema está relacionado com a infraestrutura adequada para realizar o trabalho. Dessa forma, ao analisar de maneira comparada o perfil socioeconômico e profissional dos cooperados e a estrutura organizacional de cada cooperativa, foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, tais dificuldades serão apresentadas, a seguir, a partir da categorização da natureza de cada uma delas.

3.2 Análise de dificuldades

3.2.1 De natureza política

São caracterizadas como dificuldades de natureza política as oriundas de “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (DIAS, 2011, p. 319). Ou seja, no contexto das cooperativas pesquisadas, trata-se de ações das prefeituras que produzem efeitos sobre estas cooperativas.

Foram analisadas as ações das prefeituras de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros em relação às cooperativas, a partir de dois aspectos: tipo de apoio oferecido e ações que fomentem o desenvolvimento das cooperativas nas cidades.

No tocante ao apoio das prefeituras, todas as cooperativas apontaram como insuficiente. A Prefeitura de Barra dos Coqueiros oferece um apoio ínfimo à CATRE, disponibilizando apenas um caminhão, uma única vez na semana, o que inviabiliza a frequência da coleta. Não oferece qualquer apoio referente ao fornecimento de espaço e equipamentos, fazendo com que os cooperados não tenham quaisquer condições de realizar a atividade. Além disso, não realiza qualquer divulgação sobre a realização da coleta seletiva na cidade, fato que acaba limitando o acesso a material e o reconhecimento da sociedade sobre o trabalho da cooperativa.

Como apoio à COORES, a prefeitura de Aracaju disponibiliza um caminhão de segunda a sábado, mas não arca com quaisquer despesas de manutenção, gasolina e pagamento do motorista; a cooperativa indica como principal problema onerar as despesas da referidas cooperativas. A COORES ainda recebe como apoio a disponibilização de um galpão espaçoso, onde é feito o acondicionamento do material. Através da Central Recicle, foi fechado acordo com a prefeitura para que a COORES faça a coleta seletiva de Aracaju junto com a CARE (ARACAJU, 2017).

A REVIRAVOLTA é, de todas as cooperativas pesquisadas, a que está mais amparada pelo poder público. Toda a sua infraestrutura referente a transporte e espaço foi fornecida pela prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, sendo o caminhão de propriedade da prefeitura e o aluguel do galpão pago pelo Ministério Público.

Além da prefeitura, a organização recebe apoio do governo do estado, por meio da SEMARH, que viabiliza treinamentos para os cooperados. No entanto, o que tem sido um problema é a falta de ações de educação ambiental junto à população, em face da necessidade de sensibilização e conscientização quanto à separação de material reciclável.

Como um problema comum a todas às cooperativas, identificou-se que as prefeituras não realizam qualquer tipo de trabalho de intermediação entre as cooperativas e instituições no sentido de se articularem com instituições que prestem apoio técnico ou consultoria às cooperativas a fim de capacitá-las, tanto no que diz respeito aos aspectos técnicos da atividade como também em relação à gestão cooperativista.

Baeder e Pontuschka (2003) afirmam que a implantação da gestão de resíduos sólidos só será efetiva se os programas de coleta seletiva desenvolvidos nos municípios objetivar a integração dos catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis através da inserção de cooperativas ou associações no processo de gerenciamento de resíduos sólidos dos municípios.

Ainda nesse sentido, deve-se ressaltar que a Lei 12.305 estabelece que as prefeituras devem implantar plano de gerenciamento de resíduos sólidos que conte com ações inclusivas às cooperativas nesse processo. A inclusão deve ser feita seja através do fornecimento de infraestrutura, seja através da viabilização de treinamento e ações de educação ambiental acerca da coleta seletiva da cidade.

Conclui-se que, para que as cooperativas consigam se desenvolver, é fundamental o apoio das prefeituras, não só financeiro, mas também no sentido de apoiar e viabilizar a participação das cooperativas na coleta seletiva de maneira colaborativa.

3.2.2 De natureza social

As dificuldades de natureza social estão relacionadas a problemas oriundos de um “conjunto de comportamentos de um grupo de indivíduos que se encontram em um determinado ambiente, causando efeito para outros indivíduos desse mesmo ambiente” (HOLPERT, 2004, p. 4).

Foi identificada como dificuldade de natureza social a falta de reconhecimento e o preconceito da sociedade quanto à atividade do catador. Aproximadamente 90% dos cooperados entrevistados indicaram que o preconceito é um dos fatores que dificulta a atividade, conforme depoimentos dos catadores:

(...) porque, pra muita gente, o catador não passe de vagabundo ou drogado e, quando você tá aqui, você passa a ser mais valorizado (C12,2017).

Preconceito nas ruas, as pessoas chamam a gente de carro do lixo (C13, 2017).

Um pouco de discriminação. Tem gente que a acha que a gente cata entulho e tem gente que sabe que a gente tá limpando mesmo. Que a gente sofre a falta de conscientização das pessoas pra separar o lixo. E também a conscientização do que recicla e não recicla (C15, 2017).

Preconceito. Por exemplo, a gente foi numa empresa pra fazer coleta e o segurança não deixava a gente entrar, aí depois veio uma pessoa pedir desculpa. Tem muita gente educada como SESC, Fasouto, os condomínios, mas tem outros que não são, que pensa que é animal, cachorro (C17, 2017).

É isso, não é um trabalho valorizado. A gente é muito discriminado e tem a questão da higiene, por causa do lixo que a gente mexia quando trabalhava no lixão (C3, 2017).

Além do preconceito, as cooperativas têm sofrido com a falta de conscientização da população sobre a importância da reciclagem e a separação do material, como expresso nas falas dos catadores:

Conscientização para a separação dos resíduos sólidos adequadamente. Dificuldade de acesso ao material. Empresas não destinam os resíduos sólidos às cooperativas, vendem para os atravessadores (C7, 2017)

A falta de conscientização da população por causa da separação do material (C2, 2017)

(...) muita gente não separa e a gente perde muito material (C3, 2017).

O citado problema não está restrito à realidade da COORES, REVIRAVOLTA e CATRE, tem sido, na verdade, um problema histórico que perpassa a realidade dos catadores, sejam eles formais ou informais. Isso acontece porque “o lixo representa para os catadores seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho, mas sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito” (MIURA, 2004, p. 38).

Dessa forma, os problemas apontados perpassam a questão cultural da sociedade, mas poderiam ser revertidos através de um trabalho intenso e constante de educação ambiental e implantação de políticas públicas. É o desconhecimento e ignorância da população que geram esse tipo de comportamento.

3.2.3 De natureza econômica

As dificuldades de natureza econômica dizem respeito aos problemas refletidos na renda adquirida pelas cooperativas. Por isso, foi identificada como dificuldade a baixa renda

da própria cooperativa, sinalizada por 100% das cooperativas e que acaba por refletir na baixa renda dos cooperados. Esse é o principal fator limitador para a ampliação do número de participantes dos cooperados, pois a cooperativa não tem como dividir a renda com mais catadores.

Fatores que refletem nessa questão são a falta de acesso a material, especialmente material com maior valor monetário, como é o caso do alumínio e do cobre, que são coletados muitas vezes, nas ruas, pelo catador informal, uma vez que a coleta feita pelas cooperativas é geralmente em empresas e locais já predeterminados, que caracteristicamente fornecem mais papel, papelão e PET.

No caso da COORES, além da dificuldade de acesso ao material mais valioso como as outras duas cooperativas, ela tem problema de acesso a materiais de forma geral, em virtude da falta de parceiros doadores. Para a CATRE, o acesso ao material é mais problemático; pois, além de ter poucos parceiros, os cooperados não têm como fazer a coleta do material, em virtude da limitação do transporte.

De acordo com os catadores, conforme dito abaixo (C8, 2017), a falta de acesso às empresas de reciclagem foi um ponto sinalizado por todas as cooperativas como um problema, porque, ao comercializar com atravessador e não diretamente com as empresas de reciclagem, as cooperativas acabam comercializando o material por um valor menor.

Só pra você ter ideia a gente vende para o atravessador o quilo do papelão por vinte centavos enquanto ele venda pra fábrica por setenta centavos (C8, 2017).

A causa desses problemas está na escassez de parceiros doadores de material, na insuficiência de apoio do poder público para diminuir o percentual de despesas das cooperativas e, especialmente, na falta de acesso a empresas de reciclagem, o que permitiria a ampliação do valor de mercado do material oferecido pelas cooperativas e, conseqüentemente, aumentaria a renda destas.

3.2.4 De natureza operacional

As dificuldades de natureza operacional estão relacionadas à estrutura organizacional das cooperativas, que corresponde a um conjunto formado pela infraestrutura, os recursos financeiros, os recursos humanos e o modelo de gestão.

Os problemas de natureza operacional identificados estão ligados à infraestrutura precária ou limitada e à falta de capacitação técnica e de gestão cooperativista para os cooperados, o que reflete diretamente na qualidade do trabalho realizado pelas cooperativas e, conseqüentemente, nas condições de trabalho e na renda.

A infraestrutura foi sinalizada pela CATRE como maior problema, pois não possuem espaço, disponibilidade de transporte, nem equipamentos; desse modo, não conseguem recolher o mínimo de material suficiente para sobrevivência da cooperativa, além de reduzir o valor de comercialização dos materiais recicláveis, já que a cooperativa não tem nenhum equipamento.

Apesar de ser sinalizado um percentual de apenas 16% de cooperados não capacitados, observou-se a falta de treinamento técnico acerca da atividade, o que possivelmente ocasionou dois dos três acidentes de trabalho sinalizados e que implica na qualidade do trabalho, uma vez que, se os cooperados não tiverem conhecimento do material que deve ser separado e de como ele deve ser acondicionado, não terão como agregar valor aos materiais, dificultando o processo de comercialização, o que reflete diretamente na renda desses trabalhadores.

Além disso, percebe-se a deficiência de capacitação acerca da gestão cooperativista, o que impacta na gestão inadequada de uma das três cooperativas pesquisadas, fazendo-se necessária para o funcionamento e gestão adequada das cooperativas, pois assim os cooperados estarão cientes dos seus direitos igualitários sobre decisões, divisão do trabalho e pagamentos, despertando nos integrantes o sentimento de pertencimento e participação.

Por isso, é fundamental o desenvolvimento de ações em direção da melhoria na infraestrutura das cooperativas, principalmente da CATRE, assim como esforços para a capacitação dos cooperados, no sentido de capacitá-los para o melhor desenvolvimento da atividade, visando agregar valor ao material coletado e evitar acidentes de trabalho.

Outro fator relevante sobre a capacitação é que, ao obter conhecimentos sobre a gestão cooperativista, os cooperados terão ciência dos seus direitos enquanto partícipes do processo de coleta seletiva da cidade, além de se tornarem independentes quanto à gestão e ao funcionamento das cooperativas.

CONCLUSÕES

A implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em 2014 trouxe à luz a discussão sobre a situação social dos catadores e sugeriu como solução a implantação de programas e ações que incentivem o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Passados quatro anos da implantação da lei as cooperativas da Grande Aracaju enfrentam dificuldades para se desenvolverem. Nesse contexto destacam-se as cooperativas COORES, a REVIRAVOLTA e a CATRE, que, mesmo com apoio das prefeituras, não conseguem obter o número mínimo de cooperados para que possam ser contratadas pelas prefeituras para realizar a coleta seletiva de suas cidades.

Notou-se que tais cooperativas enfrentam dificuldades oriundas de questões políticas, sociais, econômicas e operacionais. No entanto, percebeu-se que a dificuldade de natureza econômica traz consequências mais profundas para a estruturação das cooperativas e para o aumento do número de cooperados, pois a falta de recursos financeiros impacta diretamente em fatores como a aquisição de equipamentos necessários, de veículos para o transporte do material e de espaço adequado para o desenvolvimento das atividades.

Além disso, impossibilita a participação de mais pessoas nas cooperativas, acarretando sobrecarga de trabalho para os cooperados. É perceptível que, mesmo enfrentando outras outras percalços, a falta de recurso financeiro acaba por desencadear diversos problemas que impactam na sobrevivência das cooperativas, tornando-as mais enfraquecidas para enfrentar as outras dificuldades identificadas.

Diante do exposto, pode-se concluir que o apoio das prefeituras às cooperativas torna-se insuficiente para a superação de suas dificuldades, é mister a formação de uma rede de apoio que viabilize o que for necessário à sobrevivência e desenvolvimento dessas cooperativas, seja através do fornecimento da infraestrutura, seja através da articulação com parceiros para a aquisição de materiais, para comercialização dos recicláveis, para realização de capacitação ou de consultoria para o desenvolvimento da gestão, dentre outras demandas.

Dessa forma, sugere-se o desenvolvimento de trabalho em conjunto entre as prefeituras, através da viabilização de infraestrutura necessária e capacitação para as cooperativas, como também a implantação de programas de coleta seletiva /nas cidades e de educação ambiental para o envolvimento de toda sociedade no processo. Além disso, faz-se necessária a Federação de Cooperativas de Catadores de Sergipe (FECARSE), para a

articulação dos diversos tipos de parceiros, para dar orientação às cooperativas no sentido de fortalecê-las político e tecnicamente, como também para fiscalizar a aplicação da Lei nº12.305/10, no sentido de garantir o desenvolvimento das cooperativas; e entre a Central Recycle para viabilizar o acesso das cooperativas a empresas de reciclagem.

Nesse sentido, através do trabalho em conjunto dos atores sociais citados, haveria uma ampliação na rede de parceiros das cooperativas, tanto no sentido quantitativo como no sentido qualitativo, o que possibilitaria apoio das mais diversas naturezas. Portanto, faz-se fundamental o desenvolvimento de um estudo que investigue alternativas e sugira estratégias para a formação dessa rede de apoio.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. F. **Do lixo à cidadania, estratégias para a ação**. Brasília: Edição Unicef do Brasil, 2001.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de Almeida; CORDEIRO, Fernanda Azevedo. **A Inclusão dos Catadores na Nova PNRS: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-inclusao-socioeconomica-dos-catadores-na-nova-pnrs-desafios-e-perspectivas.pdf>. Acessado em: 22 ago. de 2016.

ALVES, Ana Karina da Silva; OLIVEIRA, Amanda Modesto. **Estado, Capitalismo e Questão Ambiental: Interfaces no Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Ceará, 2013. Disponível em: <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-6-ana-karina-da-silva-alves-estado-capitalismo-e-questo3a3o-ambiental.pdf>. Acessado em: 15 set. 2017.

ARCAJU. Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Sergipe. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. 2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80058/PERS/PERS%20SE%202014dez.pdf>. Acessado em: 25 ago. 2017.

ARACAJU. **História de Aracaju**. Disponível em: http://www.aracaju.se.gov.br/aracaju_historia.htm Acessado em: 20 nov. 2017

BAEDER, Ângela Martins e PONTUSCHKA, NídiaNacib. **O sentido do cooperativismo para os catadores de recicláveis em um processo de educação ambiental**. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.coopcentabc.org.br/documentos/coleta_seletiva/sentidocooperativismoparacatadoresreciclaviseemprocessodeeducacaoambientalSaoPauloBrasilBaederAngelaMartinsNidiaPontuschka.pdf. Acessado em: 26 jun. 2016.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira MB. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. Anais do X Congresso Nacional de Educação. 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf.> Acessado: 15 dez. 2017.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007

BARRA DOS COQUEIROS. **Informações Geográficas**. Disponível em: <<http://www.barradoscoqueiros.se.gov.br/informacoesGeograficas>>. Acessado em: 20 nov. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). **Identidade (C. A. Medeiros, Trans.)**. Rio de Janeiro: JZE.

BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BESEN, Gina Rizpah. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORTOLETO, Ana Paula; HANKAI, Keikuke. Report: **Citizen participation as a part of integrated solid waste management: Porto Alegre case**. Waste Management & Research, v. 25, p. 276-282, jun. 2007.

BORTOLI, Maria Aparecida. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações**. Re. Katál, v. 16, n. 2, p. 248-257, jl./dez. 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. **“A Organização Capitalista do Trabalho “Informal”. “O caso dos catadores de recicláveis”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23 (67): 101-116, Buenos Aires, jul./set, 2008. Disponível em: <<http://www.catedras.fsoc.uba.org/>>. Acessado em: 25 set. 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Diário Oficial da União, Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999. V. 1. Disponível em:

<http://sistemas.aids.gov.br/incentivo/Biblioteca/Gestao_governanca/a_sociedade_em_rede.pdf>. Acessado em: 28 jul. 2017.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2016. Disponível em: <cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>. Acesso em: 27 jan. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** / Antônio Chizzotti. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CIISC - Comitê Interministerial Para Inclusão Social E Econômica Dos Catadores De Materiais Reutilizáveis E Reciclagem. **Cartilha: Coleta Seletiva Seletiva com a Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em:

<<http://www.dialogosfederativos.gov.br/wp-content/uploads/Baixar-a-cartilha-aqui.pdf>>.

Acessado em: 15 mai. 2016.

CONCEIÇÃO, Magera Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. 2. ed. Campinas: Editora Átomo, 2003.

COOPAMARE – Cooperativa De Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. **Como tudo começou**. Disponível em:

<<https://coopamare.wordpress.com/about/subpagina/>>. Acessado em: 13 ago. 2017.

CRIVELLARI, Helena M. T.; DIAS, Sonia M.; PENA, André S. **Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados**. In: KEMP, Valéria. H.; CRIVELLARI, Helena. M. T. (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DAMÁSIO, J. **Impactos socioeconômicos e ambientais do trabalho dos catadores na cadeia da reciclagem**. Brasília: MDS/Pangea, 2010.

DIAS, Rafel de Brito. **O que é a política científica e tecnológica?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 316-344. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/11.pdf>. Acessado em: 20 mar. 2018.

ESTEVE, Josep M^a Pascual. **Governança democrática: construção do desenvolvimento das cidades** / Josep M^a Pascual Esteve; tradução: João Carlos Vitor Garcia. – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. 2012. **Similitudes na gestão dos resíduos sólidos urbanos em países centrais e periféricos**. [Online]. Barcelona: Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. 2011. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-975.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O Trabalho da Pessoa com Deficiência. Lapidação dos Direitos Humanos: o direito do trabalho uma ação informativa**. São Paulo: LTr, 2006.

GOUVEIA, N. (2012). **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social**. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2014.

GORBÁN, Débora. **Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros**. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, 2 (8): 3-15, Buenos Aires, jul./set, 2004. Disponível em: <<http://www.catedras.fsoc.uba.org/>>. Acessado em: 25 set. 2017.

GUERRA, José Alfredo de Pádua; AMARAL, Roberto Galassi; MONTEIRO, Francismar. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável: Considerações sobre Gestão Social e Sustentabilidade**. In: BANDOS, Melissa Franchini Calvacanti, org. *Políticas públicas: aplicações práticas voltadas ao desenvolvimento regional/ Melissa Franchini Cavalcanti; Silvio Carvalho Neto, orgs.* – Marília: Fundepe; Franca: Uni-FACER, 2010.

GURGEL, Thais. **Inclusão: só com aprendizagem**. In: *Revista Nova Escola*. Editora Abril, n^o 206, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. **Os trabalhadores, estudos sobre a história do operariado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLPERT, Estevam Colacicco. **Questões Sociais na Análise do Comportamento Artigos do Behavior na Social Issues (1991-200)**. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. 2004, Vol. VI, n^o 1, 001-016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/entorno_tab_zip_xls.shtm>. Acessado em: 15 mai. 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

IPESA – INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISA SOCIOAMBIENTAIS. **Do lixo à cidadania: guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis** / organizado por JulioRuffinPinhel; ilustrado por Luciano Irthum. São Paulo: Peirópolis, 2013.

LAJOLO, R. D. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – guia para implantação**. São Paulo: Cempre/ipt/Sebrae, 2003.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; VARELLA, Cinthia Versiani Scott; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de; PARREIRAS, Gabriela; RUTKOWSKI, Jacqueline. **Tecnologias Sociais da Reciclagem: Efetivando Políticas de Coleta Seletiva com Catadores**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, n. 4, v., Edição Especial, dez, p. 131-146, 2011.

MAGALHÃES, Beatriz J. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/SJPPdI>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2002.

MATOS, Tereza Gláucia Rocha, MAIA, Luciana Maria, MACIEL, Regina Heloisa. **Catadores de Material Reciclável e Identidade Social: Uma Visão a Partir da Pertença Grupal**. Interação Psicol., Curitiba, v. 16, n. 2, p 239-247, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/22147>. Acessado em: 25 jul. 2016.

MEDEIROS, Luísa F. R.; MACEDO, Kátia B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Revista psicologia & sociedade, n. 18, v. 2, 2006.

MEIRELES, Gustavo Fernandes. **Entre refugos precarizantes e refugos precarizados: precarização e catação de materiais recicláveis em fortaleza.** 2009. 163 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UECE, Fortaleza, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2010). Classificação Brasileira de Ocupações. 2010. Disponível em: <http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso: 25 ago. de 2017.

MIRANDA, Vera M. H. **Doutrina e empresa cooperativas: contribuição para o estudo do cooperativismo na região de Araraquara.** 1973. Tese (Doutorado). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara. São Paulo, 1973.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial.** Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2004.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES(AS) DE MATERIAL RECICLÁVEL. **O Que é o Movimento?**. 2016. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário.** In: Revista Temporalis. Ano III. Brasília, v. 1, n. 6, 2002.

MORAES, Priscylla Leite de. (1991) Lixo Extraordinário e Estamira: exclusão e “delírios” entre história e ficção. Priscylla Leite de Moraes (Monografia)– Uberlândia 2014.

NAMORANDO, R. **Cooperativismo – um horizonte possível.** 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php> Acesso em: 10 dez. 2016.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO. **Parabéns a Nossa Senhora do Socorro pelos 153 anos.** 2011. Disponível em: <http://www.socorro.se.gov.br/noticia/109318/Parabens-N.S.-do-Socorro-pelos-seus-153-anos-de-historia-cultura-e-religiosidade>. Acessado em: 13 nov. 2017.

OLIVEIRA, Denise A. M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Luciana Nunes de. **Coleta Seletiva no Município de Santa Maria (RS): Panorama, Limitações e Oportunidades**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Reordenamento institucional e descentralização político-administrativa na Constituição Federal de 1988: oportunidades e riscos**. In, A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília/DF: Thesaurus, 1996.

Porto, M. F. S.; Juncá, D. C. M.; Gonçalves, R. S & Filhote, M.I. F. (2004). **Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20 (6), 1503-1514.

PUND – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**; tradução: IPDA – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Washingtons D.C.: Editora Communications Development Incorporated, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf>. Acessado em: 15 dez. 2017.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. tradução: IPDA – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Washingtons D.C.: Editora Communications Development Incorporated, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acessado em: 20 dez. 2017.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al). – São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, César. **A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia**. In.

ROLNIK, Raquel. **“Resíduos Sólidos Urbanos: repensando suas dimensões”**. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo; GOONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino (Orgs.). Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais. São Paulo: IEE-USP, 2012. p. 18. 22.

ROMANI, Andréa Pitunguyde. **O poder público municipal e as organizações de catadores** / Andréa de Pitanguy de Romani. – Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza **Lixo e cidadania**. *Revista Visão* (Portugal), 27 set. 2007. Disponível em: <<http://www.movimentodoscatadores.org.br/artigos>>. Acesso em: 21 de nov. 2016.

SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. pp331-367.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Ri de Janeiro: WVA, 2010.

SEMARH. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Sergipe. 2014. Disponível: http://www.semarh.se.gov.br/qualidadeambiental/wp-content/uploads/2017/08/plano_estadual_de_coleta_seletiva.pdf. Acessado em: 20 jan. 2017.

SILVA, Izabela de Souza da Silva. **Avaliação da sustentabilidade socioambiental de cooperativas de catadores de materiais recicláveis localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro** / Izabela de Souza da Silva. - 2014. 112 f.

SILVA, M. E., BALBINO, D. P., & GÓMEZ, C. P. (2011). **Consumo sustentável na base da pirâmide: definindo papéis e obrigações para a efetivação do desenvolvimento sustentável**. *RGSA-Eletrônica*, 5(2), 18-33 Disponível em: http://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/1833/pdf_2. Acessado e: 20 mai. 2017.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. **Resíduos sólidos domiciliares e os múltiplos desafios ao seu gerenciamento**. São Cristóvão. Editora: UFS, 2013.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SINGER, Paul e SOUZA A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Alcides R. **Princípios de economia política**. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.

SOTO, Magda Martina Tirado. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, RJ, UFRJ/COPPE, Brasil, 2011.

SOUZA, Cleide Maria de, MENDES, Ana Magnólia. **Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativismo no Distrito Federal – Estudo Exploratório**. Ver. Psi: Org e Trab R. Eletr. Psico, Brasília, v.

16, n. 2, p 13-42, jul./dez. 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/1105>>. Acessado em: 03 jul. 2016.

TESCH, Walter. **Dicionário básico do cooperativismo**. Produção independente, São Paulo, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – T7591 **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** / Augusto Nivaldo Silva Triviños. – 1. Ed. – 18 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

VERONESE, Marília Verissimo. **Associativismo entre catadores de material reciclável urbano**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2016, pp. 213-236.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Revista Temática. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.
Disponível em: [file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/2144-6186-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Fernanda/Downloads/2144-6186-1-PB%20(2).pdf).. Acessado em: 05 jul. 2017.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA - COOPERADOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO**



**(DES)CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE
MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM SERGIPE**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA

Catadores Cooperados

Data: ____/____/____

Nome da Cooperativa: _____

Nome do Catador: _____

I. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____

3. Etnia:

() Branco

() Negro/Mulato

() Pardo

4. Naturalidade: _____

5. Estado civil:

- Casado(a)
- Solteiro(a)
- União informal
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

6. Possui filhos?

- Sim Não

Quantos? _____

7. Você recebe benefício de algum programa social do governo?

- Sim Não

8. Grau de escolaridade:

- Analfabeto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto

9. Tipo de moradia:

- Própria
- Alugada
- Emprestada
- Outros: _____

10. Tipo de construção

- Alvenaria
- Madeira

() Outro: _____

11. Serviços que possui no local onde mora:

() Água encanada

() Rede esgoto

() Energia elétrica

() Coleta de lixo

II. ASPECTOS PROFISSIONAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

12. Há quanto tempo trabalha com a coleta de recicláveis? _____

13. Por que optou em ser catador?

() Falta de emprego

() Falta ou baixa de escolaridade

() Algum conhecido influenciou a escolha

() Fornece uma boa renda

14. Já realizou outra atividade?

() Sim: () Não

Qual? _____

15. Motivo do abandono da outra atividade:

() Ganhava pouco

() Não gostava do trabalho

() Foi demitido

16. Qual sua renda mensal?

() De meio salário mínimo a um salário mínimo

() De um a dois salários mínimos

() De dois a três salários mínimos

() Acima de três salários mínimos

17. A atividade de coleta de resíduos é sua principal fonte de renda?

() Sim () Não

18. Possui outro tipo de renda?

() Sim: () Não

Qual: _____

19. Quais dificuldades você enfrenta por trabalhar como catador de materiais reutilizáveis e recicláveis? _____

20. Por qual motivo você começou a participar de uma cooperativa?

() Aumentar a renda

() Melhorar as condições de trabalho

() Fazer parte de um grupo

() Fortalecer a classe

() Outro: _____

21. Há quanto tempo você faz parte da cooperativa? _____

22. Quais as vantagens e desvantagens de fazer parte de uma cooperativa? _____

23. Como você teve conhecimento da existência da cooperativa? _____

24. Quantas horas por dia você trabalha na cooperativa? _____

25. Vocês utilizam algum equipamento de segurança para realizar a coleta de resíduos?

Sim Não

26. Você já participou de algum tipo treinamento depois que começaram a fazer parte da cooperativa?

Sim Não

Quais? _____

27. Onde vocês realizam a coleta dos resíduos?

Domicílios

Fábricas

Lojas ou Comércio

Ruas

Outros: _____

28. Que tipo de material é coletado pela cooperativa?

Alumínio

Cobre

Papelão

Plástico duro

Plástico mole

PET

Vidro

Sucata

Outro: _____

29. Quantos quilos de resíduos por dia você recolhe? _____

30. Quais as dificuldades a cooperativa enfrenta para realização do trabalho?_____

31. O que seria necessário para melhorar o desenvolvimento do trabalho desta cooperativa?_____

**APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PRESIDENTE DA
COOPERATIVA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO**



**(DES)CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE
MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS EM SERGIPE**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA

Presidente da Cooperativa

Data: ____/____/____

Nome da Cooperativa: _____

Nome do Catador: _____

I. PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____

3. Etnia:

() Branco

() Negro/Mulato

() Pardo

4. Naturalidade: _____

5. Estado civil:

- Casado(a)
- Solteiro(a)
- União informal
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

6. Possui filhos?

- Sim Não

Quantos? _____

7. Você recebe benefício de algum programa social do governo?

- Sim Não

8. Grau de escolaridade:

- Analfabeto
- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto

9. Tipo de moradia:

- Própria
- Alugada
- Emprestada
- Outros: _____

10. Tipo de construção

- Alvenaria

- Madeira
- Outro: _____

11. Serviços que possui no local onde mora:

- Água encanada
- Rede esgoto
- Energia elétrica
- Coleta de lixo

II. ASPECTOS PROFISSIONAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

12. Há quanto tempo trabalha com a coleta de recicláveis? _____

13. Por que optou em ser catador?

- Falta de emprego
- Falta ou baixa de escolaridade
- Algum conhecido influenciou a escolha
- Fornece uma boa renda

14. Já realizou outra atividade?

- Sim: Não

Qual? _____

15. Motivo do abandono da outra atividade:

- Ganhava pouco
- Não gostava do trabalho
- Foi demitido

16. Qual sua renda mensal?

- De meio salário mínimo a um salário mínimo
- De um a dois salários mínimos
- De dois a três salários mínimos

() Acima de três salários mínimos

17. A atividade de coleta de resíduos é sua principal fonte de renda?

() Sim () Não

18. Possui outro tipo de renda?

() Sim: () Não

Qual: _____

19. Quais dificuldades você enfrenta por trabalhar como catador de materiais reutilizáveis e recicláveis? _____

20. Por qual motivo você começou a participar de uma cooperativa?

() Aumentar a renda

() Melhorar as condições de trabalho

() Fazer parte de um grupo

() Fortalecer a classe

() Outro: _____

21. Há quanto tempo você faz parte da cooperativa? _____

22. Quais as vantagens de fazer parte de uma cooperativa? _____

23. Há quanto tempo você está na liderança da cooperativa? _____

III. ASPECTOS SOBRE A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVIES E RECICLÁVIES

24. Como a cooperativa surgiu? _____

25. Quantos catadores cooperados existem nesta cooperativa? _____

26. Como os catadores têm conhecimento da existência da cooperativa? _____

27. Como é dividido o trabalho entre os catadores da cooperativa? _____

28. Quantas horas por dia os cooperados trabalham? _____

29. Vocês utilizam algum equipamento de segurança para realizar a coleta de resíduos?

() Sim () Não

30. Algum dos cooperados já sofreu acidente ou contaminação durante a coleta de recicláveis?

() Sim () Não

Como? _____

31. Os cooperados já participaram de algum tipo treinamento depois que começaram a fazer parte da cooperativa?

() Sim () Não

Quais? _____

32. Como é realizado o pagamento aos cooperados pelo trabalho realizado na cooperativa? _____

33. Como vocês tomam as decisões relacionadas à cooperativa? _____

34. A cooperativa possui algum normativo interno?

() Sim () Não

35. Onde vocês realizam a coleta dos resíduos?

() Domicílios

() Fábricas

() Lojas ou Comércio

() Ruas

() Outros: _____

36. Que tipo de material é coletado pela cooperativa?

() Alumínio

- () Cobre
- () Papelão
- () Plástico duro
- () Plástico mole
- () PET
- () Vidro
- () Sucata
- () Outro: _____

37. Quantos quilos de resíduos por dia é recolhida pela cooperativa?_____

38. Como é realizado o acondicionamento do material coletado (coleta, transporte, separação, estocagem, tratamento e destinação final)?_____

39. Para quem vocês comercializam o material recolhido pela cooperativa?_____

40. A cooperativa possui algum tipo de parceria?

- () Sim () Não

41. Qual o objetivo da parceria?_____

42. Como a população tem conhecimento do trabalho que a cooperativa realiza?_____

43. A cooperativa possui algum termo de compromisso ou parceria com o município para realizar a coleta seletiva?_____

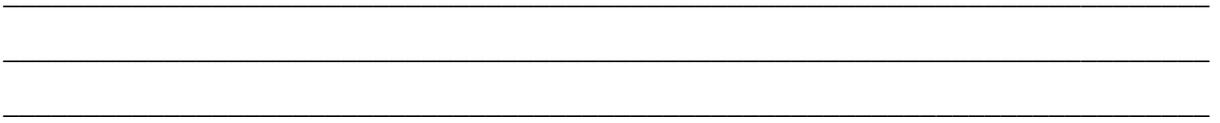
44. O governo do estado ou do município ajuda de alguma forma o desenvolvimento do trabalho desta cooperativa? Como?

45. A cooperativa é vinculada a FECARSE?

46. A FECARSE contribui de alguma forma para o desenvolvimento da cooperativa?_____

47. Quais as dificuldades a cooperativa enfrenta para realização do trabalho?_____

48. O que seria necessário para melhorar o desenvolvimento do trabalho desta cooperativa?_____



APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE COLETA DE DADOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO****TERMO DE CONSENTIMENTO DE COLETA DE DADOS**

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa, intitulada como *(Des)Caminhos para as Cooperativas de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis da Grande Aracaju/SE*, está sendo desenvolvida por *Fernanda Louisy Ferreira de Oliveira*, aluna de pós-graduação do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira da Silva e sob a coorientação da Prof.^a Dr.^a Daniela Venscelau Bitencourt.

O estudo possui como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da Grande Aracaju/SE e como objetivos específicos: identificar e caracterizar as cooperativas apoiadas pela prefeitura, mas desalinhadas à Política Nacional de Cooperativismo; verificar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas identificadas; investigar as causas das dificuldades levantadas; e sugerir melhorias para construção de políticas públicas inclusivas para fortalecer as cooperativas.

Os riscos existentes correspondem à possibilidade de constrangimento por parte do entrevistado ao responder a entrevista; no entanto, a pesquisadora deixará o entrevistado à vontade para responder ou não quaisquer perguntas existentes na entrevista, como também a entrevista em sua totalidade. O estudo terá como benefício o fornecimento de dados que subsidiem a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da Grande Aracaju/SE.

Solicitamos a sua colaboração para coleta de dados através de sua participação em **entrevista que durará aproximadamente 30 minutos**, como também sua autorização para

apresentar os resultados deste estudo em eventos da área correlata e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que esta pesquisa poderá causar algum tipo de constrangimento ou desconforto ao responder a entrevista; no entanto, a pesquisadora deixará o(a) senhor(a) à vontade para escolher responder ou não quaisquer das questões apresentadas ou até mesmo não participar da entrevista.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir deste, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com a pesquisadora responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora Fernanda Louisy Ferreira de Oliveira nos telefones (79) 9 9648-0851 / (79) 3216-2705 ou e-mail: *fernandalouisy@gmail.com*.

ANEXO 1 – REALRÓRIO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: (DES)CAMINHOS PARA AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS DA GRANDE ARACAJU/SE

Pesquisador: FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83390317.7.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.573.765

Apresentação do Projeto:

Trata - se de uma pesquisa quali-quantitativa, sendo os aspectos qualitativos relacionados à análise das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas; e os aspectos quantitativos relacionados ao perfil socioeconômico dos cooperados. O será utilizado método estruturalista, as técnicas da pesquisa são bibliográfica e documental e a pesquisa de campo que contará com a observação direta e entrevistas semiestruturadas. Serão convidadas três cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da Grande Aracaju; como também será analisado "o conjunto das atividades de um grupo social" (LAKATOS E MARCONI, 2003). Além disso, se Para tabular e analisar os dados será utilizada a análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da Grande Aracaju.

Objetivo Secundário:

- Identificar e caracterizar as cooperativas apoiadas pela prefeitura, mas desalinhadas à Política Nacional de Cooperativismo.

- Verificar as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas;

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 2.573.765

- Investigar as causas das dificuldades levantadas;
- Sugerir melhorias a partir de políticas públicas inclusivas para fortalecer as cooperativas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos de causar constrangimentos aos catadores ao realizar a entrevista.

Benefícios:

Fornecer informações que poderão subsidiar a criação de novas políticas públicas no que concerne a questão sobre resíduos sólidos e às cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Para fundamentar o estudo por meio de embasamento teórico foi desenvolvido o capítulo denominado Situação dos Catadores no Brasil: origem, contexto e alternativas. O capítulo versa sobre a história do catador, seu perfil socioeconômico e a importância do seu trabalho para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Para além disso, ainda no mesmo capítulo, se discute a situação social do catador e a importância das cooperativas como alternativa da inclusão social. E por fim, o capítulo discute o processo de desenvolvimento de políticas públicas implementadas voltadas para os catadores e suas cooperativas. Posto isso, a relevância científica deste estudo recai sobre o aprofundamento na discussão acerca da importância do desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis para mitigação dos impactos socioambientais causados pelos dos resíduos sólidos urbanos. Além de fornecer dados para criação de estratégias, por parte do poder público, para fortalecer as cooperativas. A pesquisa tem caráter interdisciplinar por proporcionar um diálogo entre as questões ambientais, sociais e políticas que circundam a história e trabalho das organizações sociais de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº	CEP: 49.060-110
Bairro: Sanatório	
UF: SE	Município: ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208	E-mail: cephu@ufs.br

UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 2.573.765

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1027355.pdf	20/02/2018 23:06:38		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/02/2018 23:05:06	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	20/02/2018 23:04:49	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Parecer Anterior	PARECER_ANTERIOR.pdf	20/02/2018 23:04:15	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	20/02/2018 22:57:39	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_ANUENCIA_DAS_INSTITUICOES.pdf	20/02/2018 22:56:37	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/02/2018 22:54:48	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	BROCHURA_DA_PESQUISA.pdf	20/02/2018 22:54:23	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	29/11/2017 20:49:22	FERNANDA LOUISY FERREIRA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 02 de Abril de 2018

Assinado por:

Anita Herminia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br